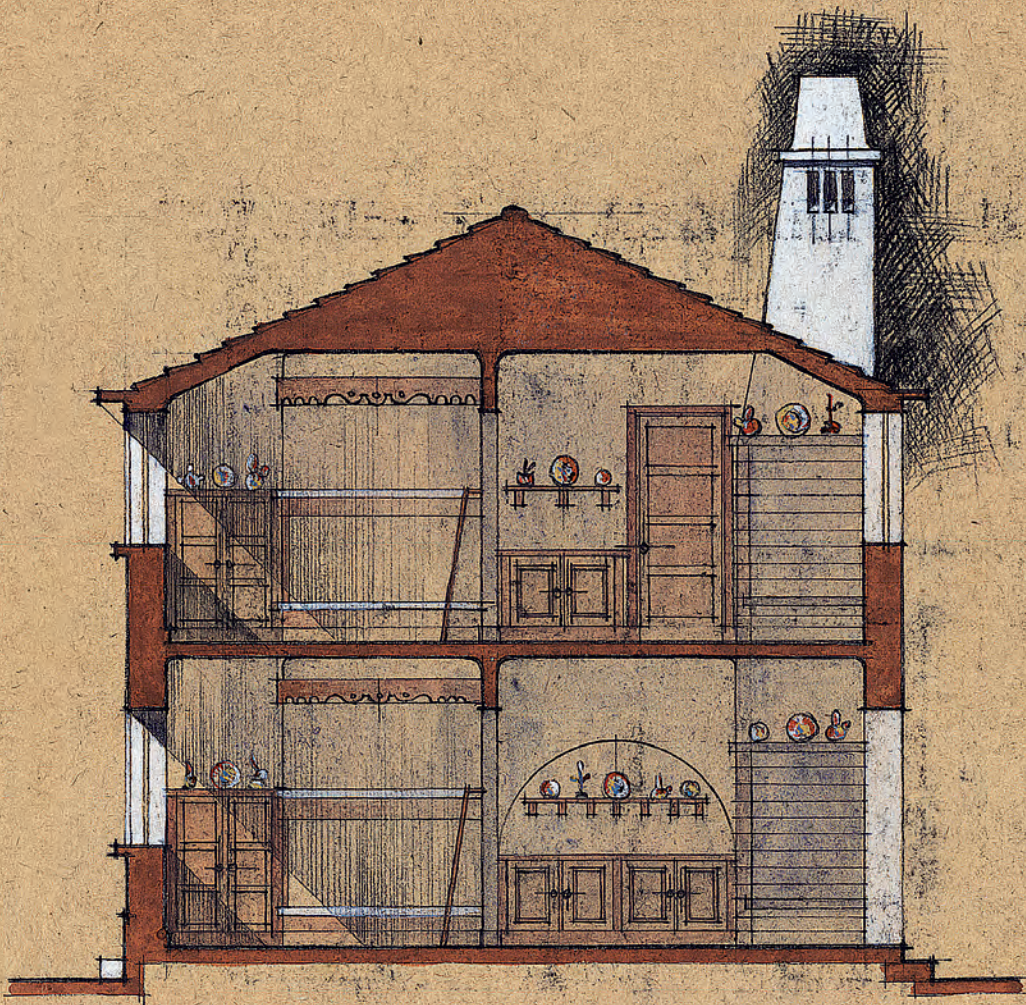


HABITAÇÃO

CEM ANOS DE
POLÍTICAS PÚBLICAS
EM PORTUGAL
1918-2018



COORDENAÇÃO CIENTÍFICA E EDITORIAL

Ricardo Costa Agarez

APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO

Direção de Estudos, Planeamento e Assessoria / IHRU, I. P.

TEXTOS

Ricardo Costa Agarez
Alessia Allegri
Joana Gouveia Alves
Nuno Arenga
Rui Aristides
José António Bandeirinha
Pedro Namorado Borges
Francielli D. Cardoso
Tiago Castela
João Miguel Couto Duarte
Teresa Ferreira
Maria Manuela da Fonte
Dulce Freire
Eliseu Gonçalves
Filipa de Castro Guerreiro
Tiago Castro Lemos
Anna Ludovici
Jorge Malheiros
Margarida Malheiros
Madalena Libano Monteiro
Sandra Oliveira
Patrícia Santos Pedrosa
Susana Pereira
Virgílio Borges Pereira
João Queirós
Pedro G. Rodrigues
Filipa Serpa
Sérgio Dias da Silva
Maria Tavares
Eduardo Vilaça
Romana Xerez
José Luís Zêzere

DESIGN GRÁFICO

José Domingues

REVISÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Imprensa Nacional-Casa da Moeda

© Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

Lisboa, dezembro de 2018

ISBN 978-972-27-2711-2

DEPÓSITO LEGAL 443 530/18

EDIÇÃO N.º 1022643

Imagem da capa:

Bairro de Casas para Pescadores de Costa da Caparica, «tipo n.º 2. Corte por A. B.», 1946 (arquiteto urbanista João Guilherme Faria da Costa, 1946-1949). SIPA/IHRU

Imagem do separador da página 8:

Bairro de Santa Maria, Peniche. Estudo do fogo-tipo [1968] (arquiteto Vítor Figueiredo para as HE, 1968). SIPA/IVF



ÍNDICE

- 9/** Prefácio
PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO DO INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA
- 11/** Cem anos de políticas públicas para a habitação em Portugal: Notas para uma história em construção
RICARDO COSTA AGAREZ
- 41/** A República e a questão social da habitação no rescaldo da Guerra (1918-1933)
ELISEU GONÇALVES
- 83/** Casas económicas e casas desmontáveis: Génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo
VIRGÍLIO BORGES PEREIRA, JOÃO QUEIRÓS, SÉRGIO DIAS DA SILVA e TIAGO CASTRO LEMOS
- 119/** O problema da habitação rural: Debates e políticas públicas durante o Estado Novo
DULCE FREIRE e PEDRO NAMORADO BORGES
- 161/** Colónias agrícolas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: Do desenho do território ao desenho da casa — Diversidade, circunstância e experimentação
FILIPA DE CASTRO GUERREIRO
- 197/** O arrendamento social público (1945-1969): Nova escala, novos programas e agentes
MARIA TAVARES e JOÃO MIGUEL COUTO DUARTE
- 235/** O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982: Ordenamento, alternativas e mercado
JOSÉ ANTÓNIO BANDEIRINHA, TIAGO CASTELA, RUI ARISTIDES e JOANA GOUVEIA ALVES
- 281/** As cooperativas de habitação portuguesas: O jogo dos possíveis
PATRÍCIA SANTOS PEDROSA
- 317/** Os anos de crescimento (1969-2002)
EDUARDO VILAÇA e TERESA FERREIRA
- 365/** Um século de respostas habitacionais públicas a catástrofes: Experiências passadas e reflexões para o futuro
JORGE MALHEIROS, JOSÉ LUÍS ZÊZERE, ANNA LUDOVICI, SUSANA PEREIRA, SANDRA OLIVEIRA e MARGARIDA MALHEIROS
- 407/** Habitação de promoção pública: Da construção nova à reabilitação, uma leitura dos projetos
FILIPA SERPA (COORD.), MARIA MANUELA DA FONTE, ALESSIA ALLEGRI, NUNO ARENGA e MADALENA LÍBANO MONTEIRO
- 465/** A política de habitação em Portugal de 2002 a 2017: Programas, políticas públicas implementadas e instituições envolvidas
ROMANA XEREZ, PEDRO G. RODRIGUES e FRANCIELLI D. CARDOSO
- 512/** Cronogramas do centenário das políticas públicas de habitação em Portugal
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA
- 517/** Notas biográficas



Colónias agrícolas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960

Do desenho do território ao desenho da casa — Diversidade, circunstância e experimentação

A Junta de Colonização Interna (JCI) foi criada em 1936 e funcionou até 1972. A sua ação em torno da instalação de colónias agrícolas ocorreu sensivelmente até 1960. Ao longo deste período foram construídas sete colónias agrícolas, onde foram instituídos 512 casais agrícolas.

Algo que surpreende, quando se visita a totalidade das colónias agrícolas construídas, além da sua capacidade de inscrição no território (e a sua perenidade apesar de grande parte em abandono) é a sua diversidade — dos modelos de estruturação do território, da conformação dos assentamentos e da expressão arquitetónica dos edifícios.

A constituição e configuração do conjunto das sete colónias, e de cada uma em particular, não decorreu de um projeto único, pontual e fechado, foi antes consequência de um processo longo, reflexo quer das pressões, visões e programas que cruzaram a formação e amadurecimento da própria JCI, quer das dificuldades económicas e da escassez de materiais sentidas durante e após a II Guerra Mundial.

Para compreender a diversidade aferida interessa identificar, neste tempo longo, quatro momentos delimitados que permitem compreender quando se estabilizaram processos, quando se infletiu o caminho ou se reconfigurou o âmbito ou objetivos do programa colonizador, e assim entender a existência de diferentes condicionamentos da encomenda de arquitetura, decorrentes de alterações do contexto económico e sociopolítico; de variações na formação das

Filipa de Castro Guerreiro
Universidade do Porto

<
Casais no Núcleo de Pegões Velhos, Colónia Agrícola de Pegões, Montijo [c. 1954] (arquiteto António Trigo para a JCI, 1949). FCG/BAA. Estúdio Novais

equipas técnicas; e ocasionalmente de espaço para um contributo individual por parte dos técnicos intervenientes:

- No primeiro momento (1936-1942), procura-se fixar uma metodologia de intervenção centrada na dimensão e constituição do casal agrícola. Os projetos são desenvolvidos por engenheiros civis ou agrónomos, sendo as questões arquitetónicas minorizadas;
- No segundo momento (1942-1946), é projetada a maioria das intervenções. A arquitetura é chamada, por via dos arquitetos a trabalhar na DGEMN, quer para dignificar e engrandecer a imagem do lar, símbolo da família, base da Nação, quer para dar forma e legibilidade aos assentamentos;
- O terceiro momento (1947-1953), corresponde ao período, no pós-Guerra, em que apesar de as colónias estarem a ser construídas, existe já uma consciência que o programa colonizador, em toda a sua amplitude, não se concretizaria. Aos arquitetos, agora integrados na estrutura da Junta, é pedido que reformulem os projetos dos edifícios dos casais no sentido de reduzir os custos da sua construção. A reorientação do Estado, no sentido da modernização e industrialização do País, provoca a deslocação do seu meio de expressão privilegiado — o casal agrícola — para os equipamentos da assistência e conjuntos dos «centros sociais». Neste sentido, abre-se espaço à experimentação de uma outra expressão arquitetónica, evocadora da modernidade que se pretendia representar;
- No quarto momento (1954-1960), encerram-se os processos pendentes e implementam-se estruturas cooperativas. A arquitetura está já enraizada nos processos e quotidiano da Junta. O conhecimento acumulado nas experiências anteriores permite uma certa autonomia dos arquitetos a quem é solicitado, genericamente, pragmatismo.

Refletindo o debate arquitetónico da década de 1950, o modelo da casa unifamiliar isolada é abandonado, testando-se outras tipologias — edifícios geminados e em banda. Os assentamentos passam a integrar num mesmo conjunto as casas dos colonos, os equipamentos e as habitações dos técnicos, e procuram estabelecer um sentido de comunidade. Nos edifícios assiste-se à procura de uma expressão e composição arquitetónica moderna que revela um conhecimento e atenção cuidada do sítio específico onde se insere.

A leitura da obra e processo de trabalho da JCI organizada nestes quatro momentos permite afirmar que em grande parte do percurso de construção das colónias agrícolas da Junta, os seus projetos espelham os temas do debate arquitetónico do seu período. Temas com os quais os arquitetos da Junta também se debateram, e nalguns aspetos, ainda que não tenham tido dimensão, divulgação e visibilidade para serem modelo, exemplo ou referência, foram precursores.

Junta de Colonização Interna — Constituição, enquadramento, objetivos e dimensão

A JCI é constituída no final da década de 1930 procurando dar resposta a um conjunto de questões de reformismo agrário que se começaram a formar na segunda metade do século XIX em torno de «vícios seculares da nossa estrutura agrária» (Barros, 1946, p. 5). A criação da Junta enquadra-se na política de reforma agrária que Rafael Duque, Ministro da Agricultura a partir de 1934, pretendia implementar, recuperando não só o projeto proposto inicialmente por Oliveira Martins e debatido ao longo das primeiras décadas do século XX, ao qual associava também a ideia da necessidade de industrialização do País¹, como reavivando uma ideia de refundação da Nação, ideia expressa na divisa da JCI:

«... por este meyo das Colónias teve a povoação do Reino princípio...
M. Severim de Faria»²

Em 1935, a Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola (JAOHA) é incumbida de conceber o plano de trabalhos referente à alínea e) da base I da Lei de Reconstituição Económica — «Hidráulica agrícola, irrigação e povoamento interior» (Lei n.º 2014, 1935). No ano seguinte, operacionalizam-se as tarefas, as grandes obras de hidráulica mantêm-se a cargo do Ministério das Obras Públicas, enquanto que para a tarefa de «tomar conta dos terrenos [...] logo que estejam realizadas as obras e concluída adaptação ao regadio» e «instalar neles casais agrícolas, tomando para base os estudos de ordem agrológica, económica e social realizados pela 'JAOHA'» «é criada no Ministério da Agricultura a 'JCI', organismo com personalidade jurídica, de funcionamento e administração autónomos» (Decreto-Lei n.º 27207, 1936, artigo 173.º). Para além da intervenção nos novos terrenos irrigados pela JAOHA, competia à JCI «efectuar o reconhecimento e estabelecer a reserva de terrenos baldios do Estado e dos corpos administrativos susceptíveis de aproveitamento para instalação de casais agrícolas», assim como «a aquisição de outros terrenos postos à venda e que devam ser aproveitados para colonização, superintender e auxiliar as obras de colonização que sejam levadas a efeito por iniciativa privada»³.

Os objetivos da colonização seriam aumentar a produtividade agrícola do País e promover a calma social através da transformação dos trabalhadores agrícolas em proprietários. Nas palavras de António Oliveira Salazar, «a correcção dos vícios da propriedade imobiliária, levada a uma extrema parcelação do solo no Norte, e a uma acumulação exagerada no Sul» (SNI, 1944, p. 27), constituía um dos aspetos importantes, e que se expressa na definição do casal agrícola como unidade-base de colonização e nas premissas do seu dimensionamento — pouco mais do que o necessário para garantir a autossuficiência e autonomia da família.



FIG. 1 Logótipo da JCI [Artur Bual (?) para JCI] [Trigo, 1957, capa]. Biblioteca do GPP/MAFDR/MMar

¹ «A sua ideia geral era a de uma 'regeneração' nacional, admitindo-se, com esse fim, que, uma vez concretizada aquela reforma da agricultura, se pudesse promover um equilibrado desenvolvimento industrial, com particular incidência na electricidade.», in Rosas, 1994, p. 433.

² Frase de Manuel Severim Faria (Faria, 1655, p. 22) presente no logótipo da JCI utilizado aproximadamente entre 1939 e 1959.

³ Competia ainda à JCI: «6.º Estudar as condições gerais de instalação de casais agrícolas, planejar e executar as obras necessárias para esse fim; 7.º Estudar o regime jurídico a que devem obedecer a concessão e exploração das glebas, a instalação de casais agrícolas e a forma de reintegração dos capitais; 8.º Instalar casais agrícolas nos referidos terrenos e promover a constituição de caixas de crédito agrícola e de postos agrários por intermédio dos serviços competentes; 9.º Elaborar o plano de acção a desenvolver em cada ano e submetê-lo à apreciação do conselho técnico.», in Decreto-Lei n.º 27207, 1936.

Mais do que uma intenção física de ordenamento do território, o programa reflete uma intenção social de regulação da população, quer do ponto de vista do «regime demográfico»⁴, quer do seu perfil, defendendo a importância de uma «população rural sadia, forte e garante fiel da nacionalidade» (SNI, 1944, pp. 15-16).

O programa de colonização interna cumpriria uma vocação nacional, «de fixação da raça e valorização do território» (SNI, 1944, p. 16), assente na conservação de uma população rural que teria como base a propriedade e a instituição da família à qual caberia um lar. Neste sentido, para além das questões agrícolas, a ação da Junta passava também por uma dimensão moral, de educação e controlo social.

«Os ensaios de colonização efectuados, além de fixarem os rurais à terra, tornam-nos mais aptos, mais esclarecidos, mais eficientes como empresários agrícolas, mercê da assistência técnica, que lhes é prestada, e do contacto com novas e promissoras realizações nos domínios da agricultura. Por outro lado, fornecem aos próprios técnicos um cabedal de experimentação do maior interesse, no encontro de soluções para os casos a encarar o futuro. A assistência social, a formação moral e religiosa, o ensino e preparação profissional da juventude, encontram-se também no âmbito das iniciativas da Junta, nos centros de colonização. A organização de cooperativas é estimulada e auxiliada. Não são esquecidas, igualmente, a formação doméstica e outras formas de valorização da presença da mulher na lavoura e no lar.» (JCI, 1962.)

A experiência serviria também como viveiro para a colonização ultramarina, para onde se pretendia enviar os filhos dos colonos quando atingissem a maioridade. Estas ideias claramente expressas no início da década de 1940 nos Cadernos de Ressurgimento Nacional (SNI, 1944) enquadram-se num programa que estava, na época, em marcha em vários países europeus. As expressões utilizadas, quer nos Cadernos, quer nos discursos da Câmara Corporativa, são recorrentemente resgatadas do livro *La colonisation intérieure* (Piller, 1938), publicado na Suíça em 1938 e que documenta ações de colonização na Suíça, Alemanha, Áustria, Hungria, Holanda, França e Itália.

A aparente clareza de objetivos não significa que existisse um pacífico contexto político e social que os aceitasse e permitisse pôr em prática. Pelo contrário, o contexto político da JCI não é simples nem linear, integrando, como refere Elisa Lopes, várias «racionalidades estatais» (Silva, 2011, p. 64) que sofrem diferentes e contrárias influências, e impedem a concretização do programa colonizador na sua ambição inicial.

Existe uma clara discrepância entre a dimensão da obra colonizadora construída pela JCI e a dimensão inicialmente expectável. Dimensões que podemos

⁴ «Canalizando os excedentes demográficos dos centros muito populosos para regiões pouco habitadas, não só se valorizam terrenos inaproveitados ou fracamente produtivos como ainda se vai combater o desemprego (frequente sobretudo nos meios muito industrializados) [...]», in SNI, 1944, pp. 15-16.

aferir através da análise de cada uma das competências inicialmente atribuídas à JCI:

- O Plano de Hidráulica Agrícola terminado pela JAOHA em 1938 previa a sistematização de 20 áreas com um total de 106 mil hectares, e referia que esta área alcançaria no futuro 400 mil hectares (SNI, 1945). O Plano não chegou a ser executado na sua globalidade e dado que existiam grandes pressões por parte dos proprietários e grandes divergências dentro do Governo, quanto à ideia de expropriação dos terrenos e instalação de casais agrícolas, nenhum terreno foi entregue à JCI;
- O exaustivo levantamento das áreas baldias em todo o território continental tornou claro que a área de baldios não era tão extensa como se previa, e que a sua aptidão era maioritariamente florestal. A partir de toda a informação recolhida, a JCI identificou 181 baldios, com uma área total de cerca de 80 mil hectares, com «maior interesse para colonizar» (JCI, 1939) e procedeu à sua reserva provisória. Os baldios não reservados para efeitos de colonização deram origem, já em 1938, ao Plano de Povoamento Florestal que seria implementado entre 1939 e 1968. O Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados foi desenvolvido entre 1939 e 1941 e previa a instalação de 739 casais agrícolas em 11 baldios (JCI, 1941). O Plano foi realizado apenas em parte. Foram desenvolvidos e implementados projetos para os baldios de maior dimensão, como é o caso do Barroso e da Boalhosa. Noutros baldios, em estudos posteriores optou-se pela atribuição de glebas e logradouros de fruição regulamentada às populações existentes, e em baldios de menor dimensão, com as dificuldades que a Junta enfrentava relativamente aos seus intuítos, e a oposição das populações, o interesse foi caindo;
- Dos processos em curso quando é criada a Junta — Colónias Agrícolas dos Milagres de Martim Rei — construíram-se os 51 casais previstos;
- Em terrenos propriedade do Estado — Herdade de Pegões e Mata Nacional da Gafanha — previa-se a implantação de 734 casais. No entanto, as dificuldades sofridas na transformação das areias em terrenos férteis, na Colónia Agrícola da Gafanha, inviabilizaram a construção da sua II parte.

Neste contexto, foram apenas construídos 512 casais em sete colónias agrícolas:

- 30 casais nos Baldios da Boalhosa, em Paredes de Coura;
- 126 casais nos Baldios do Barroso, em Montalegre e Boticas, organizados em sete assentamentos e um centro social;
- 24 casais nos Baldios do Alvão, em Vila Pouca de Aguiar, estruturados em sete núcleos;

- 75 casais na Mata Nacional da Gafanha, em Ílhavo;
- 12 casais organizados em dois núcleos na Colónia Agrícola dos Milagres, em Leiria;
- 39 casais nos Baldios do Sabugal;
- 206 casais na Herdade de Pegões, no Montijo, estruturados em três núcleos.

Casal agrícola — Princípio e regime jurídico

O «casal agrícola»⁵, «formado por casa de habitação, com dependências adequadas à exploração rural, e por terrenos de área suficiente para uma família média de cultivadores» (Lei n.º 2014, 1946, base III), «uma unidade económica perpétua, inalienável, indivisível e impenhorável» (Lei n.º 2014, 1946, base IV), constitui o elemento-base da colonização interna proposta pela JCI. A sua instituição procura contrariar o sentido de «libertação» e «individualização» do indivíduo e da terra que marcaram o período histórico do liberalismo (Manique, 1987, p. 224), entendidos pelo Estado Novo como a causa da fragmentação da propriedade. Estabilizando num tempo longo a unidade da propriedade e criando um vínculo entre propriedade e família, a figura do «casal agrícola» procura impedir a sua desagregação e «recolocar a instituição familiar como base da constituição da sociedade, bem como do Estado» (Silva, 2011, p. 49).

O regime jurídico dos casais agrícolas foi legislado em 1946, com a Lei n.º 2014. A concessão dos casais agrícolas constituía um processo em várias fases: a fruição provisória — «concedida a título de experiência pelo prazo de três anos, prorrogável até cinco», durante a qual o colono paga «um quinhão das principais colheitas, estabelecido pela JCI»; o regime de fruição definitiva — «quando, terminado o período de experiência, a Junta considerar o colono apto para assumir a exploração do casal», e que inclui «a venda resolúvel do casal, mediante o pagamento do respectivo preço, em prestações anuais e iguais [não superiores a trinta], calculadas à taxa mínima de dois por cento»⁶; e o título de propriedade definitiva do casal agrícola, entregue logo que o colono «tenha pago todas as prestações e os mais encargos de que for devedor à Fazenda Nacional» (Lei n.º 2014, 1946, bases X e IX).

«Em síntese, os requisitos exigidos para o recrutamento dos colonos são os seguintes: ser português, menor de 45 anos, robusto e saudável, sério, ter amor ao trabalho e à família, não ser alcoólico, nem desordeiro, nem comunista, acatar a Constituição e a ordem social, ter exercido durante cinco anos mesteres agrícolas, como trabalhador rural, rendeiro, parceiro, encarregado de serviços, empresário, ou ser diplomado por escola agrícola.» (Câmara Corporativa, 1938.)

⁵ A instituição do «casal agrícola», regulamentado pela Lei n.º 2014, de 27 de abril de 1946, decorre da figura do «casal de família», instituído pelo Decreto n.º 18 551, de 3 de julho de 1930: «Não existindo legislação especial que regule as partilhas de património agrícolas, nem dispositivos jurídicos que se assemelhem ao *homestead* americano, *bien de famille insaisissable* francês, *asile de famille* suíço ou *erbhof* alemão, a lei portuguesa procura obstar à fragmentação predial [...]. Segundo este Decreto [Decreto n.º 18 551, de 3 de Julho de 1930] foram declarados indivisíveis os prédios rústicos de menos de um hectare, e outros de que, na altura de partilha judicial ou extra-judicial, resultem de parcelas de área inferior a meio hectare.», in Caldas, 1998, p. 438.

⁶ «O preço do casal será correspondente ao valor das terras que o constituem, acrescido do custo das edificações e mais melhoramento nelas realizados, bem como, na proporção que lhe competir, do custo das obras de vedação, acesso, irrigação ou outras que, embora comuns a vários colonos ou proprietários, interessam ao casal. É excluído o custo de obras consideradas de interesse público ou social e o dos estudos e trabalhos de planificação geral feitos pela Junta», in Lei n.º 2014, 1946, bases XI e XII.



FIG. 2 Miradouro na Colónia Agrícola de Martim Rei, Sabugal [c. 1944] (JCI, 1944). FCG/BAA. Estúdio Novais

Os requisitos de seleção dos colonos para as colónias agrícolas da JCI espelham o Homem que o Estado Novo pretende *construir*, e o papel da ação de colonização como um dos meios para a sua concretização:

Esta *construção* não terminava na seleção dos colonos⁷. Será através de um serviço de assistência que se estabelecem, a vários níveis, mecanismos moralizadores e disciplinadores do quotidiano e conduta dos colonos, quer do ponto de vista da organização da exploração agrícola e administração do casal, quer do ponto de vista da vida familiar, intervindo na área da saúde, higiene, cuidado da casa e educação de todos os membros da família. O espaço construído também não é, neste contexto, inócuo.

As sete colónias agrícolas

Do ponto de vista arquitetónico, percorrendo as sete colónias construídas, ressalta a diversidade de expressões e de estruturas de assentamentos num corpo de intervenções que não é uniforme ou fruto de uma conceção monolítica, antes integra quer aspetos experimentais quer cedências a um certo conservadorismo.

Para além do reconhecimento de uma metodologia que atende à geografia da região onde se desenvolve cada uma das intervenções, a chave de leitura para a diversidade arquitetónica das intervenções da Junta, quer entre colónias, quer entre edifícios da mesma colónia, reside na extensão do período em que estas foram projetadas e construídas, cerca de 20 anos. O desenho e construção da maioria das colónias reflete quer diferentes momentos de enquadramento político e social do programa colonizador quer diferentes modos como ao longo do tempo o Estado Novo condicionou a expressão arquitetónica dos seus edifícios.

⁷ O processo de seleção de colonos foi alvo de um estudo pelo agrónomo João Lemos de Castro Caldas (Caldas, 1982).

Neste sentido, é possível circunscrever quatro momentos-chave do percurso da Junta que traduzem uma circunstância específica determinante para as premissas da encomenda arquitetónica.

Quatro momentos no percurso de construção das colónias agrícolas da JCI

1936-1942 | Do mito dos incultos aos assentamentos de lavoura exemplares

O primeiro momento corresponde ao período entre a constituição da Junta, em 1936, e a apresentação, em 1942, do Projeto de Colonização da Herdade de Pegões, o primeiro desenvolvido de raiz pela Junta com o intuito de constituir exemplo «doutrinariamente bem concebido e praticamente bem fundamentado» (JCI, 1942b). Corresponde à grande parte do período em que Rafael Duque tutelou o Ministério da Agricultura (1934-1940) e o Ministério da Economia, no qual a pasta da agricultura foi, entretanto, integrada (1940-1944).

Para além da figura de Rafael Duque, neste primeiro momento, José Garcês Pereira Caldas e Henrique de Barros, professor do Instituto Superior de Agronomia (ISA)⁸, constituem os ideólogos da ação da Junta. Do ponto de vista do desenho dos edifícios, identificam-se como autores o engenheiro agrónomo Mário Amaro Santos Gallo e o engenheiro civil Dâmaso Constantino.

O conjunto de ações desenvolvidas é orientado para a fixação de uma metodologia de desenvolvimento dos projetos de colonização, centrada sobretudo nas questões de dimensionamento e constituição do casal agrícola. A colaboração com o ISA constitui uma marca indelével na concretização deste objetivo seminal, pelo conhecimento e interesses partilhados, pela incorporação e orientação de estudos prévios na metodologia estabelecida, e pela viabilização de muitos dos estudos através do seu desenvolvimento por alunos tirocinantes (Ágoas, 2011, p. 110).

Para circunscrever as possíveis áreas de intervenção, a primeira grande ação da JCI consiste no processo de reconhecimento e reserva de terrenos baldios — levantamento e plano (JCI, 1939). Já no início da década de 1940, terminado o processo de reconhecimento e reserva, e comprovada a reduzida área de baldios disponíveis para colonização, a JCI avança com o Estudo das Possibilidades de Colonização das Zonas de Sequeiro do Sul.

Para ajustar as suas opções de projeto, compreendendo mecanismos e princípios utilizados e as suas consequências, desenvolveu um conjunto de estudos em torno de experiências de colonizações «espontâneas», realizadas por iniciativa particular, do Estado ou das administrações locais em Portugal continental⁹, e o estudo de obras de colonização que estavam a ser desenvolvidas noutros países, com especial destaque para Itália¹⁰.

⁸ «Henrique de Barros foi Professor do ISA desde 1939 até 1947, altura em que não foi reconduzido, juntamente com outros colegas, pelo então Ministro Pires de Lima, que alegou 'não colaborarem na realização dos fins superiores do Estado'. Retomou o lugar em 1957, ficando a reger as cadeiras de Economia Rural e de Gestão da Empresa Agrícola.», in Ferrão, 2004, p. 11.

⁹ Foram realizados três estudos abrangendo três casos com diferentes modos de iniciação do processo de colonização: divisão de terras em regime de propriedade privada seguida de arrendamento das glebas (Vasconcelos, 1938); divisão de terras em regime de propriedade privada seguida de venda das glebas (Pinto, 1938); ocupação/apropriação de terras incultas (Afonso, 1938).

¹⁰ José Garcês Pereira Caldas, vogal da JCI, e seu futuro presidente entre 1941 e 1948, é o engenheiro agrónomo que parte em visita de estudo, em 1937, para Itália, no intuito de conhecer a obra da «Bonifica».

Os primeiros ensaios de projeto são proporcionados pela necessidade de responder a duas ações prementes — a reorganização da Colónia Agrícola dos Milagres e o Projeto de Colonização do Baldio de Sabugal. Após estas duas experiências, a metodologia é testada e fixada através do desenvolvimento de projetos para duas áreas propriedades do Estado — a Herdade de Pegões e a Mata Nacional da Gafanha —, projetos que se pretendiam para além de exemplares modelos e ensaios para a colonização das zonas de sequeiro do Sul.

A Colónia Agrícola dos Milagres foi constituída em 1926, no contexto do aproveitamento de terrenos incultos regulamentado pelo Decreto n.º 10 553, de 1925, por iniciativa do engenheiro agrónomo Mário Pais da Cunha Fortes, na altura diretor dos Serviços de Baldios e Incultos (Fortes, 1935, p. 16). Encontrando-se em 1936 num grande estado de degradação e pobreza, o processo foi entregue à JCI no intuito de servir como caso de estudo — à data a única colónia agrícola de colonização estatal existente — e ser alvo de um urgente projeto de reorganização. O projeto inicial, em 1926, organizava a colónia em três núcleos, previa a instalação de 44 casais com cerca de 5 ha cada. Foram construídos apenas 15. O projeto de reorganização da JCI desanexa o Núcleo de Triste e Feia e reduz para 12 o número total de casais, aumentando a área de cada casal para 18,50 ha no Núcleo dos Milagres e 12,50 ha no Núcleo da Bidoeira (JCI, 1937b).

O Projeto de Colonização do Baldio de Sabugal — Peladas, terminado em dezembro de 1937, oito meses depois de a JCI ter iniciado os seus trabalhos, constitui o primeiro projeto de colonização elaborado pela Junta (JCI, 1937a). O facto explica-se por o processo estar, até então, a ser desenvolvido pela, entretanto extinta, Direção-Geral da Ação Social Agrária, cujo arquivo transitou para a JCI. Após a constatação, numa visita ao sítio, de que a primeira versão do Projeto, prevendo a implantação de 78 casais agrícolas, afetaria 349 pessoas para quem a exploração de glebas no baldio constituía um «auxílio imprescindível», o Projeto foi reformulado, prevendo apenas 39 casais nos terrenos a norte, com uma área média de 9,60 ha.

Quer na execução dos projetos para Milagres e Sabugal, quer nos projetos, neste período apenas desenvolvidos, para a Herdade de Pegões e Mata Nacional da Gafanha, o programa das colónias agrícolas resume-se à instalação de casais agrícolas, edifícios de apoio à assistência técnica e infraestruturização através de vias de comunicação e abastecimento de água — poços, chafarizes e sistemas de rega por caleira. Não se depreende a existência de uma ideia de estrutura do assentamento. A implantação dos casais reflete apenas questões agronómicas e corresponde a um povoamento disperso de assentamentos de lavoura autónomos.

Em Milagres e Martim Rei, do ponto de vista da arquitetura, o debate circunscreve-se à definição do programa e relação entre a habitação e anexos agrícolas na composição do assentamento de lavoura. No Projeto de Coloniza-

ção da Herdade de Pegões, ainda que seja colocado o tema do embelezamento das estradas e caminhos ou o problema da «monotonia» (JCI, 1942b, p. 69) associado à repetição dos edifícios dos casais, as premissas de desenho dos conjuntos mantêm-se, em todos os projetos, na estrita esfera das questões agrícolas.

Esta situação reflete o facto de, neste primeiro momento, e contrariando o que sucedia noutros ministérios, que não o da Agricultura¹¹, os projetos serem desenvolvidos por engenheiros agrónomos, engenheiros civis e agentes técnicos de engenharia. Esta circunstância permite também compreender a perspetiva com que foram estudados, quer os exemplos de anteriores ações de colonização em Portugal continental, quer as obras de colonização noutros países. Perspetiva centrada no dimensionamento e funcionamento do casal agrícola, na relação entre a sobrevivência da empresa familiar e a dimensão da propriedade agrícola, e nos mecanismos de garantia da sua indivisibilidade.

O desenho dos edifícios dos casais é, neste primeiro momento, alvo de vários debates: quem (entre a Junta e os próprios colonos) deverá construir? Que programa? Que dimensão? Que condições de higiene, salubridade e moral deverão ser garantidas? Com que materiais deverão ser executados? A que preocupações (funcionais ou de representação) deverão responder?¹²

Apesar de o princípio defendido ser o da autoconstrução, nos projetos para as Colónias Agrícolas dos Milagres e de Martim Rei a opção da construção dos casais pela Junta é tomada sob o argumento da urgência na reorganização e execução das colónias e da ausência de uma lei de colonização interna.

Nos Projetos de Colonização da Mata Nacional da Gafanha e da Herdade de Pegões, já no início da década de 1940, procura-se fixar princípios de atuação da JCI e conferir aos Projetos uma vertente pedagógica no sentido de constituírem exemplos que possam ser seguidos na região. Para a Gafanha é desenvolvido um projeto, para ser construído pelos colonos, que constitui uma interpretação da «habitação rural típica» (JCI, 1942a, s. n.). Para a Herdade de Pegões, é evocada uma exceção e são propostos quatro casais-tipo que diferem pontualmente na habitação. No entanto, o princípio da autoconstrução, defendido inclusive na Câmara Corporativa em 1953¹³ e fixado no artigo 20.º da Lei n.º 2072, de 1954, em nenhuma colónia será posto em prática.

A análise do conjunto diverso de edifícios existentes em 1937 na Colónia Agrícola dos Milagres constituiu um procedimento seminal no desenvolvimento do projeto dos primeiros casais projetados pela Junta. O percurso de projeto dos quatro casais construídos entre 1926 e 1928 constituiu em si um processo de investigação sobre o tema da redução de custos, colocando diferentes hipóteses — variação de sistemas construtivos (desde um edifício desmontável ao uso de paredes de adobe), redução da área bruta, redução do programa da habitação. Para a tarefa da Junta, este processo permitiu não só ajustar a definição das dimensões e espaços mínimos necessários mas fundamentalmente estabelecer, por reação, premissas

¹¹ No final da década de 1930, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações, dirigido pelo engenheiro Duarte Pacheco, centralizou toda a gestão das obras públicas, e dava resposta às várias necessidades dos diferentes ministérios (Decreto-Lei n.º 31 271, de 1941). No entanto, «o grande volume de obras a executar, a urgência de muitas delas, as características especiais que algumas delas apresentavam e o numeroso grupo de técnicos especializados que exigiam, aconselhavam a que, ao lado da DGEMN, existissem organismos — Juntas e Comissões Administrativas —, alguns dotados até de certa autonomia, mas todos dependentes do referido Ministério, aos quais se confiava a execução de parte dessas obras» (SPN [1942], p. 71). Esta exceção ocorreu com as obras da JCI e outras obras do Ministério da Agricultura, como refere Gonçalo Canto Moniz relativamente à construção de uma rede de casas dos guardas florestais (Moniz, 2005, p. 79).

¹² «Como deve ser delineada a casa e demais construções da unidade agrícola? E deve ser entregue ao colono concluída, não faltando mesmo uma jarra de flores e uma caixa de fósforos em cima da mesa, como se fez no Agro Pontino, ou, diversamente, deixar ao colono a iniciativa de concluir a casa, conforme as suas predileções e com o seu próprio trabalho, que não terá de pagar? Como deve ser organizada a assistência financeira e técnica ao colono? Como combinar as exigências da assistência técnica, pelo menos enquanto o colono for devedor da terra concedida, com a natural iniciativa do pequeno proprietário, responsável em última análise pelas consequências da sua exploração? E deve terminar o auxílio técnico no dia em que o colono tiver liquidado o pagamento do preço da concessão?», in Câmara Corporativa, 1938.

¹³ «Estabelece-se assim o princípio de que será o colono a construir a habitação e demais dependências agrícolas, de forma a criar, pelo seu próprio esforço, o ambiente em que vai viver, ao qual fica, por esta forma, mais fortemente vinculado.», in Câmara Corporativa, 1953.



funcionais e meramente agrícolas, em detrimento de um sentido de representação dos espaços quer no interior quer no exterior do edifício.

Para além dos projetos de recuperação de parte dos casais existentes na Colónia Agrícola dos Milagres, é projetado para a mesma Colónia e para a Colónia Agrícola de Martim Rei um novo casal (Constantino, 1937, s. n.). O projeto é iniciado com duas propostas para a Colónia Agrícola de Martim Rei, num processo desenvolvido pelo agrónomo Mário Gallo, que parte de uma análise à habitação da região. Neste processo as referências e temas de desenho circunscrevem-se à experiência construtiva dos agrónomos, difundida, na época, em vários manuais de construção agrícola. A definição do programa e dimensões mínimas e as premissas envolvidas — salubridade, higiene e moral — decorrem claramente da discussão gerada pelos trabalhos em torno do Inquérito à Habitação Rural, trabalho promovido pelo Senado da Universidade Técnica de Lisboa e dirigido pelos engenheiros agrónomos Eduardo Alberto Lima Basto e Henrique de Barros.

A elevação dos padrões de habitabilidade e higiene traduz-se, desde a primeira proposta, na fixação do programa da habitação (cozinha e três quartos — pais, filhos e filhas), na definição das condições de dimensionamento e ventilação dos espaços, na proposta de um espaço, exterior à habitação, para a retrete, e na separação entre os espaços da habitação e os espaços para os animais e dependências agrícolas.

A proposta final estabelece como princípio a consideração do pátio de lavoura como elemento fundador e estruturante do conjunto edificado. O edifício decorre da justaposição de vários volumes, cada um desenhado e dimensionado exclusivamente em função das condições e necessidades da sua função, não

FIG. 3 Casal tipo I «desmontável» na Colónia Agrícola dos Milagres, Leiria, 1935 (arquiteto Norberto Corrêa para a DGASA, 1926) [Fortes, 1935, p. 16]. Biblioteca do GPP/MAFDR/MMar

FIG. 4 Casal tipo II na Colónia Agrícola dos Milagres, Leiria, 1935 (arquiteto Norberto Corrêa para a DGASA, 1927) [JCI, 194(?)a]. Biblioteca do GPP/MAFDR/MMar



FIG. 5 Casal na Colónia Agrícola de Martim Rei, Sabugal [c. 1944] (agente técnico de construção Dâmaso Constantino para a JCI, 1937) [SNI, 1944]. Biblioteca do GPP/MAFDR/MMar



FIG. 6 Casal na Colónia Agrícola dos Milagres, Leiria [c. 1944] (agente técnico de construção Dâmaso Constantino para a JCI, 1937) [JCI, 194(?)a]. Biblioteca do GPP/MAFDR/MMar

existindo qualquer concessão ou elemento de relação que permita uma articulação com os restantes. Esta condição da composição, e o facto de não se encerrar todo o perímetro do pátio, permite que se acrescente em qualquer momento outro volume. A habitação concentra-se num volume retangular dividido em quatro compartimentos – cozinha e três quartos. O espaço da retrete constitui um volume autónomo localizado junto das dependências agrícolas. À semelhança de todos os restantes volumes, a habitação e a sua entrada voltam-se para o pátio, estabelecendo uma relação direta e exclusiva com o espaço das atividades agrícolas, fechando-se para a via de acesso.

Entre as duas colónias, o projeto varia apenas na implantação dos anexos agrícolas, mantendo-se o desenho da habitação. Na sua elementaridade, o volume isolado da habitação aproxima-se das características das «Casas Económicas»¹⁴ construídas pelo Estado, no mesmo período, em várias cidades portuguesas; dos modelos de habitações rurais difundidos nos manuais de construções agrícolas do início do século¹⁵; e dos projetos construídos pelo Instituto Nacional de Colonización (INC), em Espanha, até ao início da década de 1950. Os projetos das «Casas Económicas» do Estado Novo constituem uma referência de escala, de imagem – associada à «escassez de meios que invalidava o recurso à particularização da arquitectura com aspectos decorativos» – e de estratégia na construção da habitação.

O intuito, expresso, de os projetos para a Herdade de Pegões constituírem um exemplo para a habitação rural da região tem consequências na qualificação dos projetos relativamente aos projetos elaborados para as Colónias Agrícolas dos Milagres e de Martim Rei, visível inclusive no cuidado da sua representação

¹⁴ A construção das «Casas Económicas» foi regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 23052, de 1933. O próprio sistema de pagamento da casa, ao longo de um período de 25 anos, é semelhante ao dos casais agrícolas, partilhando a mesma ideologia que defende a importância da família, da propriedade e da herança.

¹⁵ A título de exemplo podemos referir um dos manuais de construções agrícolas conhecidos na época em Portugal, ao qual acedemos – Soroa Y Pineda, 1930.



FIG. 7 Perspetiva do «casal tipo I» para a Herdade de Pegões, Montijo (JCI, 1942) [JCI, 1942b]. Biblioteca do GPP/MAFDR/MMar

gráfica. Este intuito enquadra-se também numa ação mais alargada do Ministério da Economia, de publicação de um conjunto de manuais sobre habitação rural e dependências agrícolas: «A casa rural» (Basto, 1942), «A casa rural. A habitação» (Macedo, 1942a)¹⁶ e «A casa rural. O silo» (Macedo, 1942a). Com estes manuais os agrónomos reclamam para si, e para a sua prática, a solução para o problema da habitação rural. Mário Botelho de Macedo no manual sobre a habitação avança com considerações sobre as características fundamentais a considerar: Do ponto de vista da localização, alerta para a atenção à natureza do terreno, salubridade do sítio, características do relevo, existência de água potável, insolação e presença de árvores, ventos dominantes e fatores sociais (distância justa a estrada ou caminho que facilite o acesso mas evite ruído e pó); na conformação do edifício destaca a importância da orientação solar, das distâncias de ensombramento, da separação entre as dependências dos animais e os armazéns e da posição da nitreira; e na habitação indica os compartimentos indispensáveis para garantir o aspeto da moral e da higiene — três quartos de cama, cozinha e retrete —, que corresponde também ao programa mínimo da JCI; no que respeita à construção, defende os benefícios económicos e estéticos da utilização de materiais de construção da região, a necessidade de isolar termicamente a habitação e defender o edifício da humidade, quer através de telhados salientes, quer através do arejamento e iluminação. Em simultâneo, estes manuais constituem também um manifesto de repúdio ao emprego, à época recorrente, do imaginário decorativo da «Casa Portuguesa», defendendo que «o bom gosto» e a «beleza da casa rural resulta sobretudo da simplicidade» e da adequação às suas necessidades (Macedo, 1942a).

¹⁶ Segundo Ilídio Araújo, Mário Botelho de Macedo exercia o cargo de diretor-geral dos Serviços Agrícolas, in <proffranciscocaldeiracabral.portaldojardim.com>.

1942-1946 | Do engrandecimento do lar à inscrição na paisagem

O segundo momento coincide com os últimos anos da II Guerra Mundial, será essencialmente um período de elaboração de projetos — para os Baldios do Barroso, Boalhosa e Alvão. O início do período é marcado pela publicação do Decreto-Lei n.º 32 439, no final de 1942; decreto que reorganiza os serviços da Junta e, após a conclusão do processo de reconhecimento e plano geral de aproveitamento dos baldios reservados, modifica algumas das suas competências. O final do momento é marcado pela publicação em 1946 de diversa legislação que, já em tempo de paz, permitirá avançar para a construção das colónias — a regulamentação do aproveitamento de baldios (Lei n.º 2014, 1946) e a aprovação do plano de realizações da JCI, prevendo a instalação de 592 casais agrícolas nos baldios reservados, para além da colonização da Herdade de Pegões, da Mata Nacional da Gafanha e da Campina de Idanha (Decreto-Lei n.º 36 054, 1946)¹⁷.

A figura tutelar de destaque deste segundo período será José Garcez Pereira Caldas, presidente da JCI entre 1941 e 1948 e, entretanto, empossado como Subsecretário de Estado da Agricultura. Do ponto de vista dos projetistas, e ainda que a autoria não esteja identificada nos processos, destaca-se o arquiteto Eugénio Corrêa (Guerreiro, 2016, p. 388).

Perante a impossibilidade de avançar com uma operação de colonização com grande expressão territorial, confirmada pelo relatório de reconhecimento e plano dos baldios reservados e pela existência de uma oposição forte à colonização dos sequeiros do Sul, os objetivos relativos às colónias agrícolas são redefinidos. Emerge, nestes «anos do engrandecimento» (Acciaiuoli, 1991, p. 305), o sentido civilizador do programa, e o seu papel enquanto suporte de representação ideológica do Estado, procurando exemplificar o que deveria ser o desenho do espaço rural, ancorado na tradição e refundação da nação, desenhando não só o quotidiano do Homem ideal do Estado Novo como constituindo uma referência para a colonização ultramarina. O quadro de recursos mínimos e de prevalência das premissas agrícolas é substituído pela procura de um sentido de representação dos valores defendidos pelo Estado — identidade, ruralidade e ordem — e revela a intenção consciente de construção de uma nova paisagem. Intenção sublinhada pela presença dos miradouros como tema, por excelência, do espaço público das colónias.

A publicação de um número dos Cadernos de Ressurgimento Nacional relativo à colonização interna (SNI, 1944) e os valores defendidos no concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal¹⁸ são um claro sinal deste entendimento. Entendimento que necessariamente reclama uma nova e qualificada conceção arquitetónica das colónias agrícolas. A presença de arquitetos nos projetos dos assentamentos e edifícios, apesar de não ser referida nos documentos, é agora inegável. Tendo a Junta integrado arquitetos no seu quadro apenas a partir de

¹⁷ O decreto refere que apesar de aprovado no plano de realizações, o projeto de colonização da 2.ª parte da Mata Nacional da Gafanha e da Campina de Idanha ficavam ainda pendentes da sua apreciação pela Câmara Corporativa.

¹⁸ O concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal foi organizado por António Ferro, no âmbito do Secretariado de Propaganda Nacional. O Regulamento foi publicado a 7 de fevereiro de 1938.

«No preâmbulo do regulamento é feita referência ao diploma que criou o SPN, a quem compete 'combater por todos os meios ao seu alcance a penetração no nosso país de quaisquer ideias perturbadoras e dissolventes da unidade nacional'», in Brito, 1982, pp. 511-532.

1947, colocamos a hipótese de os projetos dos assentamentos e dos casais, que não estão assinados nem têm qualquer referência sobre a autoria — quer do arquiteto, quer da instituição —, terem sido desenvolvidos pelo arquiteto Eugénio Corrêa, no âmbito da sua atividade na DGEMN. A intervenção da DGEMN nestes processos enquadrar-se-ia no conjunto de trabalhos que neste período estão a ser desenvolvidos por esta Direção para o Ministério da Agricultura, e em especial no âmbito do Plano de Florestação¹⁹.

A redefinição do propósito das colónias agrícolas leva, entre outras questões, ao reequacionar do programa dos assentamentos. Passa-se de uma visão do assentamento enquanto somatório de unidades de lavoura independentes e autónomas a uma necessária visão de conjunto. No que respeita aos equipamentos, se no primeiro momento existiam apenas estruturas de assistência técnica, agora são introduzidas estruturas para assistência religiosa, educativa e social, pressupondo a criação de comunidades. As operações de instalação de colónias agrícolas deixam de ser vistas apenas como uma questão agrícola e passam a ser debatidas à luz de outras disciplinas como a geografia, a arquitetura, a arquitetura paisagística, a religião e a educação.

O primeiro debate prende-se com o modelo de povoamento, entre concentrado e disperso. A Junta acompanhava a ação de colonização interna em Espanha²⁰, onde, no rescaldo do final da Guerra Civil (1936-1939), se revia a questão da colonização, através do recém-criado INC²¹. O povoamento disperso, antes experimentado pela Junta Central de Colonización y Repoblación Interior (1907-1926), era criticado, defendendo-se a urgência de responder a «um conjunto de necessidades de maior escala centradas no assentamento onde as ditas habitações se deveriam inscrever; era necessário construir serviços públicos de educação, assistência, saúde e divertimento que prolongassem o lugar de residência e completassem assim um ambiente adequado.» (Monclús, 1988, pp. 360 e 361). Neste contexto, o arquiteto José Tamés Alarcón²² defendia as vantagens da adoção da «habitação agrupada formando um sistema de aldeias ou pueblos» (Tamés Alarcón, 1948, p. 423), e evocava os trabalhos apresentados pela França e Noruega ao tema I, «Ordenamento de regiões rurais», do XV Congresso Internacional dos Arquitetos, que partilhavam da mesma opinião²³.

De Itália, através de missões de estudo²⁴, conheciam-se dois modelos: o utilizado no Agro Pontino e na Sicília — habitações dispersas nas parcelas de cultivo, *borghi* formados exclusivamente pelos equipamentos e implantados nos cruzamentos estratégicos das estradas, e as novas cidades; e o modelo dos assentamentos concentrados, formados por habitações e equipamentos, utilizado, entre outros lugares, na Sardenha e na Bonifica del Tavoliere.

Para além das referências decorrentes dos programas de colonização desenvolvidos noutros países europeus²⁵, através de missões de estudo e de publicações, o momento é também marcado pelo início do Curso Experimental de

¹⁹ «O ministério de Rafael Duque desenvolveu um conjunto de reformas que, sob a égide do corporativismo, criou estruturas de apoio local a todos os ramos da actividade agrícola. Esta acção obrigou à construção de um grande número de edifícios de fiscalização, controle e armazenamento no mundo rural. [...] Paralelamente procedeu à florestação, que alterou radicalmente a paisagem do território, e à construção de uma rede de casas dos guardas florestais, segundo projectos-tipo elaborados a partir de um programa-base previamente estabelecido. Estes projectos seriam realizados inicialmente por engenheiros silvicultores ou desenhadores formados em condução de obras públicas, passando, mais tarde, esta tarefa para a tutela do MOPC.», in Moniz, 2005, pp. 77-79.

²⁰ Nos relatórios de atividades da JCI, entre 1942 e 1945, há registo de três missões de estudo da JCI a Espanha: 1942 — planos e realizações de rega do Instituto Nacional de Colonização; 1943 — melhoria das condições de habitação junto do Instituto Nacional de la Vivienda; 1945 — colónias agrícolas espanholas nas províncias da Estremadura e Andaluzia. in JCI, 1962, p. 33.

²¹ Em Espanha o INC desenvolveu, a partir de 1939, um projeto global de transformação em regadio das áreas associadas às bacias hidrográficas dos grandes rios, com «desflorestações massivas de bosques centenários», Flores Soto, 2013, p. 123.

²² Arquiteto nomeado em 1939 para chefe do Serviço de Arquitetura do INC, e que ocupou o cargo até à sua reforma, em 1975.

²³ «[...] deve-se considerar que a estrutura de numerosos 'pueblos' franceses, onde as casas são organizadas em banda ao longo dos caminhos indispensáveis, corresponde à única solução lógica. Um povoado rodeado de hortas e uma vista livre para os campos é uma solução excelente [...]. Mas deve estar equipado com todas as instituições que a moderna economia e higiene requerem, naturalmente em forma simples e rural. Representação da Associação de Arquitectos Franceses», in Tamés Alarcón, 1948, p. 423.

²⁴ Existe o registo de duas missões de estudo a Itália entre 1937 e 1938: 1937 — orientação, direção e execução de serviços de colonização — Itália e Checoslováquia; 1938 — modalidades de colonização nas regiões de sequeiro de clima mediterrânico — Itália, Tunísia e Argélia. In JCI, 1962, p. 33.

A informação decorrente da primeira missão de estudo foi compilada in Caldas, JCI, 1937.

²⁵ Existe na biblioteca da DGADR um livro suíço que pertencia à JCI, profusamente sublinhado, que relata não só as ações de colonização na Suíça mas também na Alemanha, Áustria, Hungria, Holanda, França e Itália (Piller, 1938).

Há também o registo de uma missão de estudo à Alemanha e Holanda em 1938 — orientação, direção e execução de serviços de colonização. In JCI, 1962, p. 33.

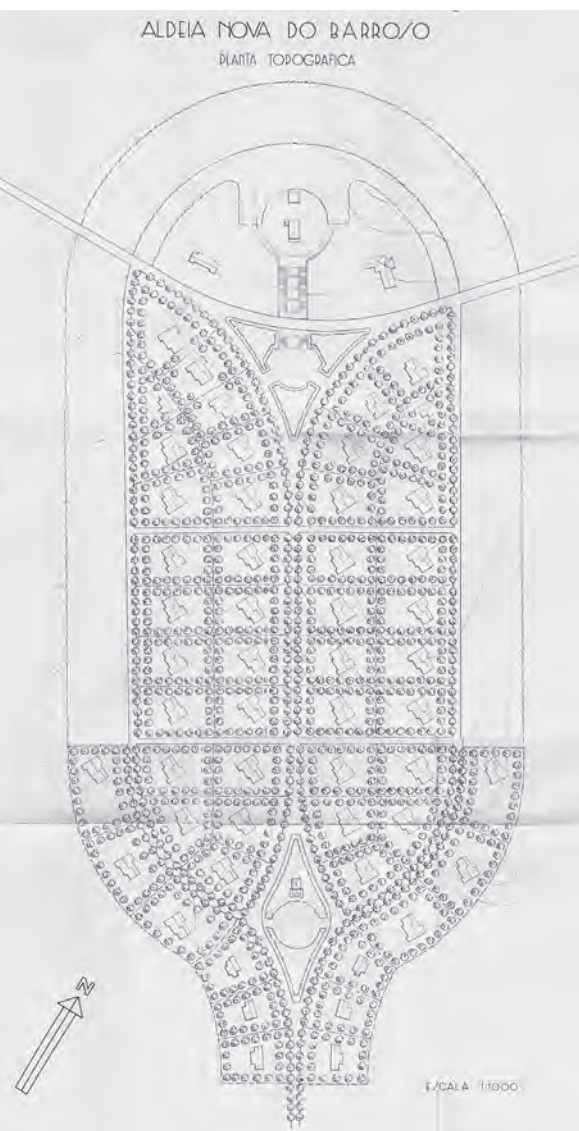


FIG. 8 Planta da Aldeia Nova do Barroso, Colónia Agrícola do Barroso, Montalegre [arquiteto Eugénio Corrêa (?) para a JCI, 1944] [JCI, 1944]. Biblioteca do GPP/MAFDR/MMar

26 «[...] Caldeira Cabral, motivado pela leitura de um artigo da Encyclopædia Britannica onde se falava da nova profissão de arquitecto Paisagista, propôs-se fazer os respectivos estudos, optando pelo curso recentemente criado na Faculdade de Agronomia da Friedrich Wilhelm-Universität de Berlim.», in <proffranciscocaldeiracabral.portaldojardim.com/biografia>.

Arquitetura Paisagista no ISA, facto que se traduz, igualmente, pela existência de um novo conjunto de informação e conhecimento que passou a integrar a cultura dos engenheiros agrónomos, sendo relevante considerar o contexto da arquitetura paisagista alemã e inglesa²⁶.

O desenvolvimento dos projetos para as colónias de Trás-os-Montes e Minho colocam o problema da incorporação da leitura geográfica da região na metodologia de projeto. A opção por um modelo de povoamento concentrado coincide com a leitura do povoamento da região, que, na década de 1940, geógrafos como Amorim Girão e Orlando Ribeiro desenvolviam (Girão, 1941a; Girão, 1941b; Ribeiro, 1945), defendendo a relação íntima entre a geografia e a cultura de um povo.

Nos assentamentos projetados, a escolha do sítio é cuidadosamente definida a partir de premissas geográficas, da distância máxima entre a casa e as parcelas agrícolas, e das relações com a rede de povoamento territorial existente.

A matriz de desenho dos assentamentos revela uma série de referências — *Garden City*, *Bonifica* italiana, *Pueblos* espanhóis, *Moshavs* israelitas — e temas resgatados ao debate internacional da época. A cidade-jardim é, contudo, a única referência assumida nos documentos (JCI, 1944, p. 59).

Se atentarmos aos assentamentos menores, a organização do conjunto em torno de um espaço central agregador, que permite estabelecer uma condição de unidade e de inscrição do assentamento, de uma comunidade, num território vasto, constitui uma estratégia que retoma o princípio gerador de muitos assentamentos ancestrais — desde as aldeias africanas primordiais, às *Circulades* francesas, ou aos *Rundlinge* alemães do século XII, revisitados no século XVIII nas colónias agrícolas austro-húngaras, e que constituem referência para os *Kibbutzim* em Israel, os *Siedlungs*, ou o Movimento da Cidade-Jardim Alemã.

Apesar de se aproximarem de diferentes referências, os assentamentos projetados estabilizam no seu conjunto um princípio de implantação muito particular. Estruturam-se a partir de um arruamento que, garantindo uma economia de meios, explora o cruzamento de escalas, intervindo desde o desenho do território ao desenho da casa. Opondo-se a uma ideia de grelha, este elemento linear propõe um deambular contínuo, quer pela paisagem, quer pelo assentamento que de forma igualmente contínua nele se integra. As variações de desenho desta linha permitem, mantendo a sua legibilidade e essencialidade, não só uma flexibilidade de adaptação aos diversos contextos de povoamento disperso e concentrado como a diversas condições topográficas ou dimensões do assentamento. Um sistema que permite não só uma economia de meios como também uma apropriação sensível dos lugares. Possibilita em simultâneo a desejada autonomia de cada casal, a sistematização da operação de construção dos conjuntos de casais e a sua relação direta com a infraestruturação do território.

À escala da casa é definido um princípio de implantação que estabelece um distanciamento entre edifícios e entre estes e o arruamento. Ainda que justifi-

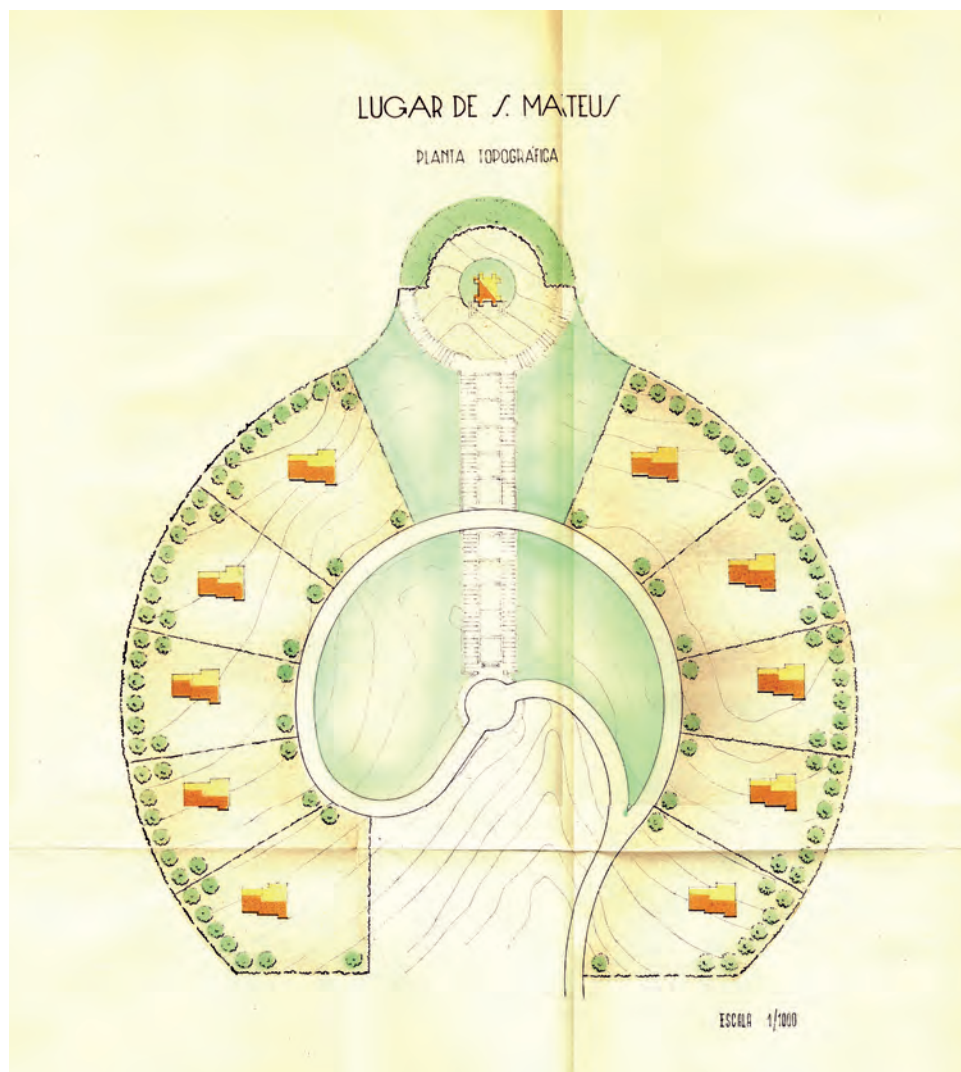


FIG. 9 Planta do assentamento de São Mateus, Colónia Agrícola do Barroso, Montalegre [arquiteto Eugénio Corrêa (?) para a JCI, 1944] [JCI, 1944]. Biblioteca do GPP/MAFDR/MMar

cado apenas pela necessidade de reduzir os perigos de incêndio, este princípio constitui um dispositivo que permite flexibilidade e independência na implantação do casal relativamente ao arruamento, em especial na sua orientação solar, supostamente não fazendo depender o desenho do arruamento da presença dos edifícios e vice-versa. No mesmo sentido, privilegia-se a implantação dos edifícios de escoreço relativamente à via, resolvendo o que é referido como problema da monotonia (JCI, 1944, p. 59), enfatizando o sentido individual de cada casal, o controlo visual da via a partir do interior do edifício e destacando as qualidades plásticas da casa enquanto objeto, volume único que concentra em si a habitação e as dependências agrícolas.

A passagem do casal enquanto conjunto de volumes em torno de um pátio, para um volume único que não expressa exteriormente os vários programas, manipulando e engrandecendo a dimensão da casa, revela um novo sentido de

representação, onde se destacam os símbolos do lar, como seja a chaminé ou as qualidades da vida doméstica defendidas pelo regime.

A opção pelo volume único constitui uma clara rutura relativamente aos projetos anteriores, podendo, no entanto, ser vista como uma opção que se procura enraizar nos dispositivos espaciais tradicionais da região. Rutura que se expressa quer na diferente postura perante a distância entre os espaços para os animais e para os homens, quer na consideração de um observador externo que introduz um sentido de representação do edifício, quer na relação que se estabelece entre o desenho do edifício e o desenho do assentamento. Continuidade pelo modo como reinterpreta a organização da casa da região em torno de um pátio, apesar de o fazer através de espaços cobertos.

Nos projetos anteriores, reagindo à falta de higiene e salubridade identificada nas construções rurais do País, existia uma preocupação explícita na separação entre espaços para os animais e espaços para os homens. O processo de independência volumétrica e afastamento de cada programa sofre uma rutura, deixando de ser considerada problemática a coexistência dos dois programas sob o mesmo edifício partilhando paredes meias. Esta rutura pode ser lida como a procura de um sentido de enraizamento dos colonos através de organizações espaciais que se aproximem dos seus hábitos, não deixando, contudo, de garantir níveis aceitáveis de higiene e salubridade. Este sentido de enraizamento, que, segundo expressa Orlando Ribeiro, corresponde a uma consciência de que «[...] as soluções técnicas devem subordinar[-se] a uma compreensão carinhosa das necessidades e usos locais» (Ribeiro, 1995, p. 134), constitui um dos componentes da ideia de estabe-

FIG. 10 Arruamento central da Aldeia Nova do Barroso, Colónia Agrícola do Barroso, Montalegre [c. 1955]
[arquiteto Eugénio Corrêa (?) para a JCI, 1944] [Orlando Ribeiro]. CEG/IGOT/UL



lecer tipos regionais em oposição a um modelo único a implementar em todo o território.

Com a hipotética participação de arquitetos da DGEMN nos projetos da Junta, e em especial do arquiteto Eugénio Corrêa, o tema dos projetos regionalizados, em debate desde a década de 1930 na DGEMN, passa também a estar presente nos projetos para os casais agrícolas. A casa rural, «filha legítima da geografia» (Girão, 1941b, p. 249), constitui o programa, por excelência, onde o tema poderá ser explorado em todas as suas dimensões. Nela é possível ultrapassar o sentido mais epidérmico da mera utilização dos materiais próprios da região e interpretar também a relação entre a conformação volumétrica e espacial da casa e as consequências — marcantes na orientação da produção agrícola e animal e no quotidiano familiar — da sua condição geográfica e climática.

Do ponto de vista do conhecimento sobre a habitação rural, a década de 1940, para além da publicação do primeiro volume do Inquérito à Habitação Rural (Basto, 1943), é marcada pela publicação dos estudos de diferenciação regional de Amorim Girão²⁷ e Orlando Ribeiro (Ribeiro, 1945), e do início dos estudos de etnologia de Jorge Dias, Benjamim Pereira e Ernesto Veiga de Oliveira²⁸. Os estudos dos geógrafos são reconhecidos nos documentos da JCI, que inclusive citam Amorim Girão (JCI, 1948, p. 1). Os três projetos de casais desenvolvidos neste período — para o Barroso, em Trás-os-Montes, para a Boalhosa, no Minho, e para Pegões, no Ribatejo — refletem claramente as leituras geográficas da casa rural desenvolvidas por estes autores.

A reinterpretação da arquitetura popular de cada região é desenvolvida a partir de uma análise cuidada entre os materiais de construção disponíveis e a expressão arquitetónica associada, as influências do clima nas formas e composição volumétrica e na organização espacial interior. Constitui uma reinterpretação porque é pensada à luz de diferentes premissas de higiene, moral e organização social, e não se abstém, antes pelo contrário, de exercer uma manipulação no sentido de estabelecer um espaço capaz de condicionar com os seus valores o quotidiano do homem que se quer «civilizar».

Na proposta para o Barroso, a casa é organizada através de um pátio coberto que medeia a relação entre a habitação e as dependências agrícolas. O espaço da cozinha é desenhado como se de um outro pátio se tratasse, agora interior, que centraliza a vida doméstica e estrutura a habitação em dois pisos. Para além da construção integral em alvenaria de granito, destaca-se a proposta da cobertura em colmo, muito utilizada na região do Barroso no período em causa, e que é defendida com uma referência à sua utilização, no mesmo período, em habitações na Alemanha, França e Inglaterra (JCI, 1944, p. 43).

O casal projetado para a Herdade de Pegões (JCI, 194[?]), inicialmente previsto em adobe, organiza habitação e dependências agrícolas num piso único,

²⁷ Girão, 1941a; Girão, 1941b.

²⁸ Apesar de a maioria dos trabalhos destes três autores ser publicada apenas muito mais tarde, na coleção «Portugal de Perto» [Oliveira, 1992] na década de 1990, parte dos estudos são publicados, inicialmente, nas décadas de 1940 e 1950, em artigos científicos dispersos, conforme refere Benjamim Pereira (Faria, 2015, pp 311-351). É neste período que Jorge Dias, após terminar, em 1944, o seu doutoramento em Etnologia na Universidade de Munique, com a tese «Vilarinho da Furna, Um Povo Autárquico da Serra Amarela», assume, em 1947, a direção do setor da etnografia do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular [Sobral, (s. d.)].

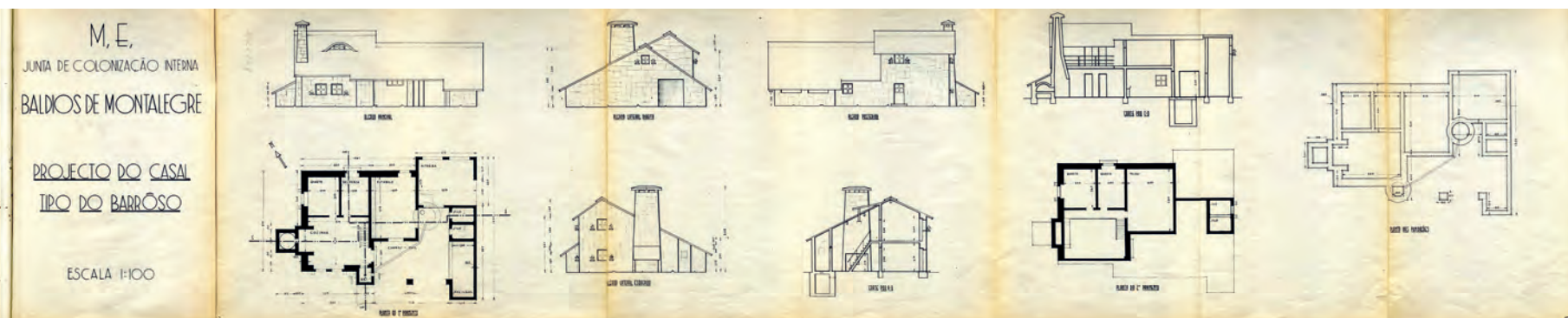
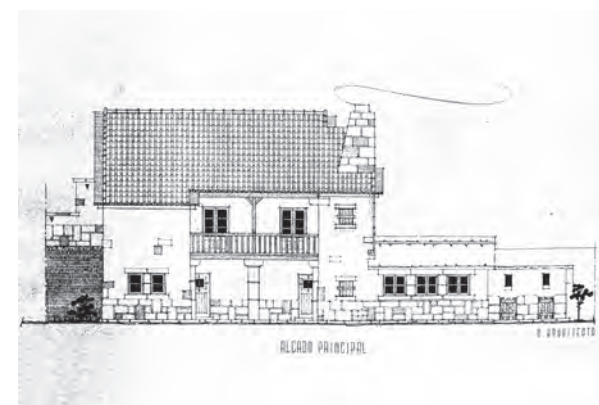
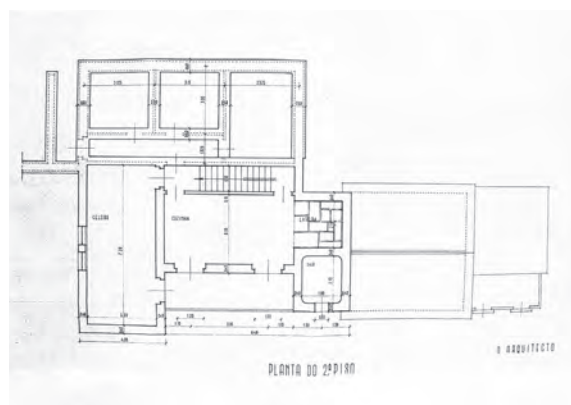


FIG. 11 Projeto do casal tipo para o Barroso, Colónia Agrícola do Barroso, Montalegre [arquiteto Eugénio Corrêa (?) para a JCI 1943] [JCI, 1944]. Biblioteca do GPP/MAFDR/MMar

FIG. 12 Casal no Núcleo de Faias da Colónia Agrícola de Pegões, Montijo [c. 1958] [arquiteto Eugénio Corrêa (?) para a JCI, 1944]. FCG/BAA. Estúdio Novais

FIG. 13 Projeto do casal tipo para o Núcleo da Boalhosa, Colónia Agrícola da Boalhosa, Paredes de Coura (arquiteto Maurício Trindade Chagas para a JCI, 1948) [Chagas, 1948]. Biblioteca do GPP/MAFDR/MMar



apesar de cada programa funcionar autonomamente, com espaços de entrada completamente independentes. Na habitação destaca-se a presença do alpendre, espaço de relação entre interior e exterior, cujo programa ultrapassa a simples entrada para se afirmar como espaço de estar.

No projeto, não construído, para o casal da Boalhosa, o edifício adapta-se à topografia acentuada, estruturando-se em três pisos. As dependências agrícolas alinham-se no piso térreo, construindo a frente do «terreiro», e no piso intermédio, onde se localiza a cozinha e o celeiro, a grande varanda complementa e flexibiliza a vivência dos espaços. Apesar de projetado também em alvenaria de granito, na parte da habitação os planos são rebocados e caiados.

Estes três casais aproximam-se, na sua solidez, qualidade construtiva e expressão arquitetónica — capaz de constituir um veículo de representação dos princípios do Estado —, das casas dos guardas florestais, cantoneiros e guardas fiscais, projetados no mesmo período.

1947-1953 | Da economia de meios à legibilidade territorial

O terceiro momento, balizado sensivelmente entre 1947 e 1953, corresponde ao período, no pós-Guerra, em que estão a ser construídas as grandes colónias — Pegões, Barroso e Gafanha.

Transparece a procura de um novo sentido de representação, expresso já não pelos valores da ruralidade mas pela presença institucional do Estado, que agora se quer expor como agente de modernização.

Para além dos arquitetos que passam a integrar o quadro do organismo – entre eles Maurício Trindade Chagas, Henrique Taveira Soares, António José de Oliveira Trigo e Henrique Brando Albino –, são também encomendados projetos a vários arquitetos exteriores à Junta, entre os quais, Celestino Castro e Eugénio Corrêa.

A diversidade arquitetónica existente neste período nos projetos da JCI revela-se entre colónias, entre diferentes núcleos da mesma colónia e entre edifícios com um mesmo programa. Independentemente dessa diversidade, há um conjunto de aspetos comuns aos vários projetos que se prendem, em grande parte, com o contributo dos arquitetos nos processos, entre os quais: a introdução de dispositivos de legibilidade territorial nos assentamentos dispersos, o debate e a construção dos programas dos novos equipamentos assistenciais, o questionamento sobre as premissas de implantação dos casais e a redução de custos na sua construção.

No momento em que se equaciona a construção dos equipamentos, o assentamento deixa de ser o suporte onde é equacionada a sua implantação, passando a ser o território a dimensão onde os equipamentos reclamam visibilidade e se pretendem afirmar enquanto elementos estruturadores. Nos assentamentos dispersos assiste-se a um resgatar dos elementos do sistema clássico de legibilidade da cidade – a «porta», a «rua» e a praça (Solà-Morales, 1991) – interpretados aqui à escala do território. Estes três elementos constituem metáforas assertivas na identificação de cada uma das partes da composição das colónias. Deixam de se estruturar numa sequência contínua, cuja forma espacial decorre diretamente da relação de «cheio vazio» com o edificado, para se autonomizarem, assumindo-se como «figuras», como «cheios» que estabelecem relações à escala do grande espaço aberto do território.

As «portas», que ainda hoje mantêm a sua legibilidade, correspondem aos «cruzamentos» entre as vias regionais e as vias internas às colónias. São assinaladas e conformadas pela presença intensiva de vegetação, de edifícios de equipamentos, ou mesmo das «praças».

O traçado dos arruamentos está diretamente ligado e decorre do desenho das parcelas agrícolas. O seu desenho varia entre um perfil apenas definido pela forma e materialidade do pavimento, e por outro perfil que conta com a presença de arborização e vegetação arbustiva. A implantação dos casais procura manter uma relação de distância constante entre o edificado e a via, estabelecendo, na sua continuidade, sequências rítmicas. O desenho das infraestruturas agrícolas de rega, seguindo e sublinhando os traçados das parcelas e das vias, constituía também elemento de reforço da legibilidade dessa continuidade. Com o passar

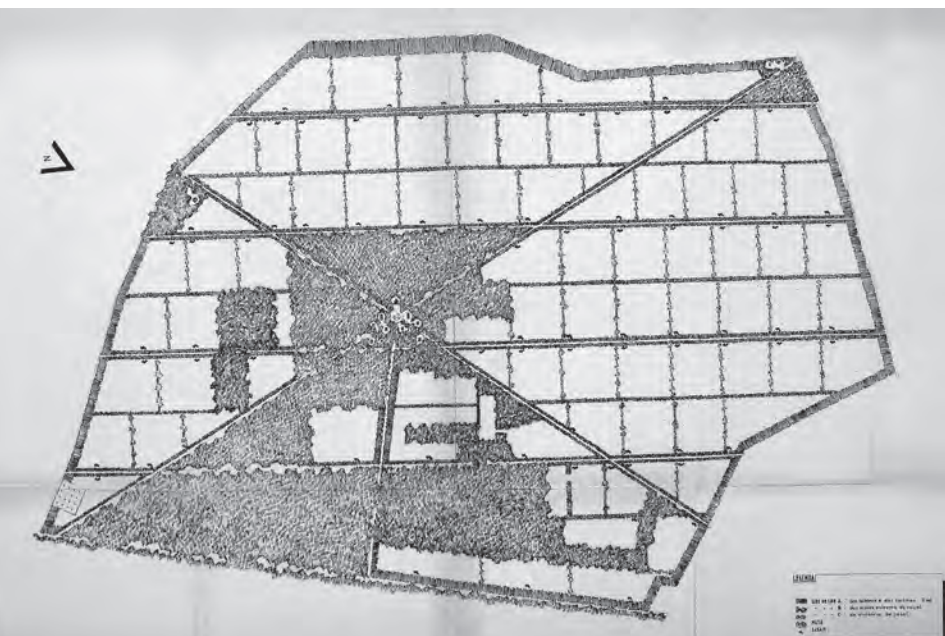


FIG. 14 Planta de ordenamento paisagístico e de urbanização da Colónia Agrícola da Gafanha, Ílhavo (António Roquette Campello para a JCI, 1956) [Campello, 1956].
Biblioteca do GPP/MAFDR/MMar

FIG. 15 Ação de terraplanagem junto aos casais do Núcleo de Figueiras da Colónia Agrícola de Pegões, Montijo [c. 1954] (arquiteto Maurício Trindade Chagas para a JCI, 1950). FCG/BAA. Estúdio Novais



do tempo, a progressiva ausência de relação visual aberta entre arruamento e edificado e o abandono dos sistemas iniciais de rega, como sucedeu na Colónia Agrícola de Pegões, e o abandono e desaparecimento das cortinas de abrigo que conformavam os arruamentos, como sucedeu na Colónia Agrícola da Gafanha, constituem perdas significativas para a caracterização destes espaços.

As «praças», à semelhança dos *borghi* italianos, constituem assentamentos autónomos onde se concentram as habitações de não colonos — funcionários da Junta — e os equipamentos. Implantados em pontos-chave das vias estruturantes do território, estes assentamentos são organizados sob um desígnio de praça cívica ou de parque.

É neste terceiro momento que se definem os programas dos edifícios assistenciais das colónias, em especial o programa do «centro social», e se assiste ao projetar, e em parte construir, de um conjunto alargado e diversificado de equipamentos²⁹.

Nos novos assentamentos de casais agrícolas — Colónia Agrícola da Gafanha e Núcleo de Figueiras, na Colónia Agrícola de Pegões —, a ideia de estruturação do assentamento a partir da continuidade do arruamento é substituída por uma malha sistematizada de repetição das parcelas, cuja forma e dimensão decorre dos sistemas de rega. O desenho da implantação de novos casais revela uma nova atenção à relação estabelecida entre edifícios na conformação dos espaços dos arruamentos e no estabelecimento de relações de vizinhança.

Neste terceiro momento são projetados três novos casais agrícolas — para a Colónia Agrícola do Alvão e do Barroso (Chagas, 1950a), Colónia Agrícola de Pegões (Trigo, 1949) e Colónia Agrícola da Gafanha (Chagas, 1950b). Na genera-

²⁹ Na Colónia Agrícola do Barroso (para 126 casais organizados em sete assentamentos): escola, capela, centro social, armazéns, escritórios e pousada, residências para assistentes técnicos, para professoras e para regentes agrícolas, equipamentos de abastecimento de água — bebedouros, chafarizes e lavadouros; na Colónia Agrícola de Pegões (para 206 casais organizados em três núcleos): igreja, capela, escolas, centro de preparação profissional, centro social, posto médico-social, hangar de máquinas, pousada, residências para padre, para professoras, para médicos, para assistentes sociais e para assistentes técnicos; na Colónia Agrícola da Gafanha (para 75 casais): escolas, escritórios e casa do guarda, posto médico-social, residências para assistentes técnicos (não construída) e para professoras; na Colónia Agrícola dos Milagres (para 12 casais): pousada (não construída), e na Colónia Agrícola de Martim Rei (para 39 casais): queijaria e adega.



lidade, as propostas correspondem a um redesenho dos projetos anteriores, respondendo a uma redução de áreas e de custos e a pequenas alterações do programa agrícola. No caso específico do novo casal para a Colónia Agrícola de Pegões, há uma perda significativa na qualidade da composição volumétrica do conjunto. A proposta para a Colónia Agrícola da Gafanha, a única projetada de raiz, segue as mesmas premissas, no entanto, não se prendendo ao redesenho de um projeto anterior, o conjunto proposto é mais claro e equilibrado. O projeto é particularmente interessante pelo modo como os silos ganham visibilidade, passando a revelar o programa agrícola do conjunto, sendo a sua presença explorada plasticamente no jogo de volumes do edifício.

Mas, se nos casais agrícolas não é posta em causa a expressão arquitetónica, nem se procede a nenhuma experimentação, mantendo-se materiais, formas e técnicas construtivas testadas e enraizadas, nos projetos para os equipamentos é revelada uma nova postura da Junta que espelha a circunstância do debate arquitetónico nacional no início da década de 1950.

Para além do início do processo de industrialização do País, a derrota dos regimes fascistas na II Guerra Mundial permite também um desanuviamento do ponto de vista cultural. Com a «nova fachada democrática» (Pereira, 1998, p. 37) que o Estado quer transmitir, e que possibilita a realização do I Congresso Nacional de Arquitetura, onde se ouvem e registam as críticas dos arquitetos às imposições estilísticas, passa a haver, dentro da Junta, espaço para propostas com diferentes expressões arquitetónicas.

Num mesmo tempo, e nalguns casos inclusive para um mesmo espaço, são desenvolvidas propostas com diferentes premissas no que respeita à sua expres-

FIG. 16 Casais no Núcleo de Pegões Velhos, Colónia Agrícola de Pegões, Montijo [c. 1954] (arquiteto António Trigo para a JCI, 1949). FCG/BAA. Estúdio Novais

FIG. 17 Perspetiva do edifício de habitação e escritório do assistente técnico da Colónia Agrícola do Barroso, Montalegre (arquiteto António Trigo para a JCI, 1948) [Trigo, 1948]. Biblioteca do GPP/MAFDR/MMar

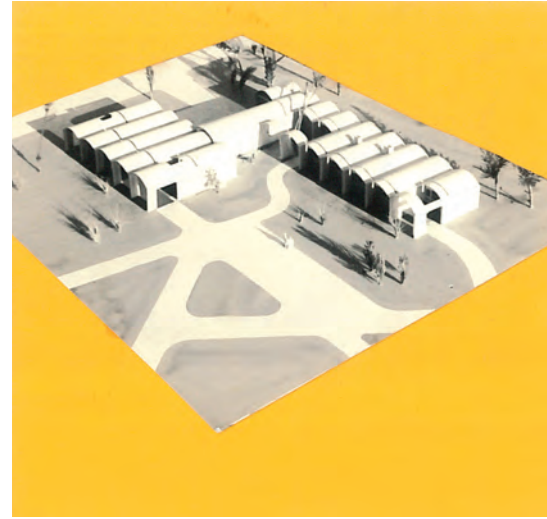


FIG. 18 Posto Médico Social da Colónia Agrícola da Gafanha, Ílhavo [c. 1954] (arquiteto António Trigo para a JCI, 1954) [JCI 195(?)]. Biblioteca do GPP/MAFDR/MMar

FIG. 19 Maquete da segunda versão do anteprojecto para o Edifício do Centro Social do Núcleo das Faias, Colónia Agrícola de Pegões, Montijo, 1951 (arquiteto Celestino de Castro para a JCI, 1951). [CC/ARQ/012]. FAUP/CDUA

FIG. 20 Casa para Professora ou Padre em Santo Isidro de Pegões, Colónia Agrícola de Pegões, Montijo [c. 1954] (arquiteto Eugénio Corrêa para a JCI, 1951). FCG/BAA. Estúdio Novais



são arquitetónica. Convivem projetos que procuram ainda a expressão e os símbolos de uma «pretensa arquitectura nacional» (Pereira, 1996, p. 259) — contrafortes, beirais, composições clássicas com eixos de simetria que procuram alguma monumentalidade — com projetos que propõem uma experimentação moderna dos materiais locais — abóbadas de tijolo no Ribatejo, planos soltos de alvenaria de granito em Trás-os-Montes —; e ainda com projetos que procuram estabilizar, independentemente do programa do equipamento, uma tipologia e um sistema construtivo generalizável, que, partindo de uma leitura atenta das construções populares, e neste sentido cruzando-se com as propostas arquitetónicas do arquiteto Keil do Amaral, pretendem expressar uma grande unidade, reduzir necessidades de manutenção e, simultaneamente, garantir uma grande flexibilidade na sua organização interna, adaptando-se às diferentes solicitações programáticas.

Neste percurso destaca-se a proposta de Eugénio Corrêa em torno do sistema construtivo «Paraboloides», um sistema que, partindo da leitura das técnicas construtivas tradicionais, pretendia responder de forma célere, económica e com níveis de conforto aceitáveis à necessidade de construção de inúmeras habitações e equipamentos. Apesar de aplicado apenas em parte dos equipamentos do conjunto de Santo Isidro de Pegões, o sistema foi fundamental para enquadrar as propostas modernas do arquiteto Celestino de Castro para o Centro Social de Faias, em Pegões, revisitando Oscar Niemeyer ou Le Corbusier.

1954-1960 | Do desenho da paisagem ao projeto situado

O quarto, e último momento, corresponde sensivelmente à segunda metade da década de 1950. Período posterior ao debate do I Plano de Fomento em que já havia consciência de que a colonização das grandes propriedades a sul não teria futuro. Neste sentido, e sendo a colonização interna aceite a título excepcional e exemplar³⁰, são desenvolvidas propostas para encerrar os processos da Colónia Agrícola da Boalhosa — construída neste período — e para a segunda parte da Colónia Agrícola da Gafanha.

A arquitetura está já enraizada nos processos e quotidiano da Junta. O conhecimento acumulado nas experiências anteriores permite uma certa autonomia dos arquitetos a quem é solicitado, genericamente, pragmatismo. Neste período, continuam a trabalhar na JCI os arquitetos Henrique Taveira Soares, António José de Oliveira Trigo, Henrique Brando Albino (até 1955) e Maurício Trindade Chagas, e passam a integrar a equipa os arquitetos José Luiz Alberto Martins de Meneses Pinto Machado (em 1955), Vasco Rodrigo Pereira Alexandrino Lobo Soares (em 1957), José Neves de Oliveira e Alfredo Marçal da Mata Antunes (em 1959)³¹.

Assiste-se à entrada dos arquitetos paisagistas nas equipas de técnicos da Junta, com destaque para António Campello.

Do ponto de vista dos projetos dos assentamentos, este período diferencia-se claramente dos anteriores genericamente por três razões:

- A primeira prende-se com a presença de arquitetos paisagistas nos projetos da JCI, a desenvolverem trabalho quer à escala do território, intervindo nos projetos de colonização, quer à escala do assentamento, desenvolvendo projetos de ordenamento paisagístico;
- A segunda constitui ainda um reflexo do debate despoletado no I Congresso Nacional de Arquitetura, e desenvolvido no início da década de 1950, em torno da insustentabilidade, do ponto de vista das necessidades do País no que respeita à habitação, da casa unifamiliar isolada. Se no momento imediatamente após o congresso — num período em que na JCI estavam

³⁰ «No que respeita à colonização dirigida, entendo, efectivamente, que, dentro do presente condicionamento, só com carácter excepcional se deve, no nosso caso, praticar. [...] admito a excepção como possibilidade ou, melhor, como exemplo.», Camilo de Mendonça, *in* Câmara Corporativa, 1954.

³¹ Os arquitetos referidos decorrem da identificação de autorias nos projetos e consulta das fichas de funcionários; podem, contudo, não encerrar a totalidade de arquitetos que prestaram serviços ou foram funcionários da JCI. Em 1962 trabalhavam na JCI nove arquitetos, dos quais quatro do quadro permanente, dois contratados fora do quadro e três em prestação de serviços (JCI, 1962).

FIG. 21 Planta do Núcleo de Vascões da Colónia Agrícola da Boalhosa, Paredes de Coura (arquiteto António Trigo para a JCI, 1957) [Trigo, 1957]. Biblioteca do GPP/MAFDR/MMar

FIG. 22 Assentamento do Núcleo de Vascões visto de Sul, Colónia Agrícola da Boalhosa, Paredes de Coura [c. 1957] (arquiteto António Trigo para a JCI, 1957). AMPC

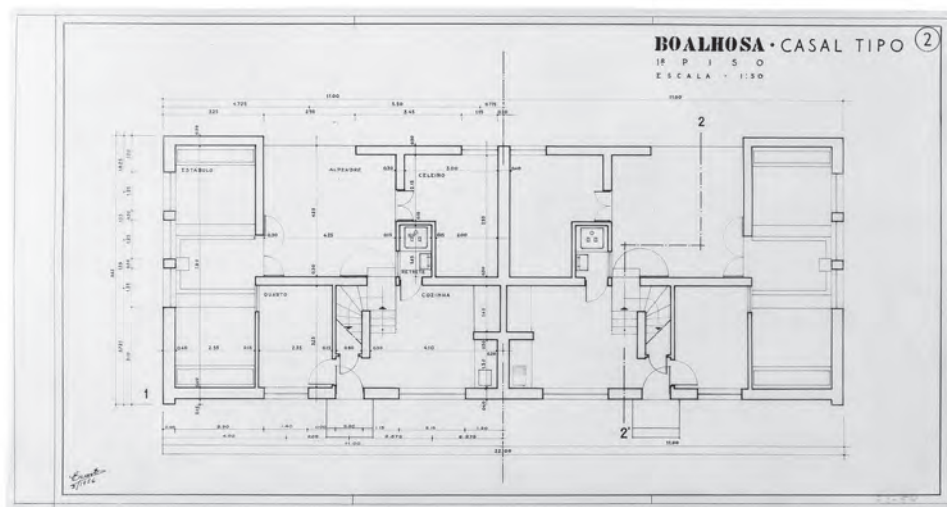


genericamente a ser executadas obras já planeadas durante a Guerra — as questões debatidas do ponto de vista da habitação não produzem efeitos nos seus projetos, neste período tornam-se presentes e, neste sentido, o modelo da casa unifamiliar isolada é abandonado, testando-se o recurso a edifícios geminados e em banda;

- A terceira corresponde a uma alteração significativa na matriz de desenho dos assentamentos, que passam a integrar num mesmo conjunto as casas dos colonos, os equipamentos e as habitações dos técnicos, e procuram estabelecer um sentido de comunidade. A estruturação dos conjuntos a partir da figura central do arruamento é substituída por composições mais complexas, com um sentido menos encerrado e mais permeável a um possível crescimento, onde os vários elementos, entre os quais a rua e a praça, se autonomizam e gozam de alguma independência. O princípio de implantação dos edifícios de esboço relativamente à via desaparece, passando a existir uma relação direta e consequente entre o desenho dos edifícios e o desenho das ruas.

No conjunto de assentamentos projetados, do qual apenas o assentamento de Vascões, na Colónia Agrícola da Boalhosa, foi construído, mais do que condicionamentos ou orientações da encomenda, observam-se reflexos dos debates disciplinares em curso, e sinais da prática de projeto e aprendizagem com as colónias agrícolas já construídas. O aspeto que de alguma forma nos parece particularmente relevante sublinhar corresponde à passagem da casa enquanto objeto central do projeto, para a sua partilha de protagonismo com o conjunto, à passagem de um sentido de representação do casal enquanto acontecimento individual, para a sua representação enquanto parte de um coletivo. Neste sentido, esta passagem corresponde a um progressivo entendimento do conjunto de casais agrícolas e seus equipamentos como uma comunidade, afastando-se de um somatório de unidades independentes. Entendimento legível também do ponto de vista da natureza dos equipamentos, já que é neste período que se reavalia a rede de equipamentos de assistência social e escolar e são estabelecidas a maioria das cooperativas quer de consumo quer de produção.

Apesar de apenas terem sido construídos casais agrícolas no Núcleo de Vascões, da Colónia Agrícola da Boalhosa, foram desenvolvidos mais três projetos de casais, dois para a mesma Colónia Agrícola e um outro para o assentamento da Videira na segunda parte da Colónia Agrícola da Gafanha. Do ponto de vista do desenho dos casais existem dois aspetos marcantes deste período: o primeiro corresponde ao abandono do entendimento do edifício enquanto tipo generalizável a uma região, optando-se por projetos que se ajustam à forma do assentamento e às condições específicas do sítio, com grande atenção à topografia, o segundo aspeto corresponde ao recurso a uma expressão arquitetónica moderna asso-



ciada a uma atenção aos materiais, dispositivos e relações espaciais da habitação rural da região.

Os projetos desenvolvidos para os casais agrícolas da Colónia Agrícola da Boalhosa retomam a atenção às referências espaciais da habitação popular da região que são colocadas em diálogo com as premissas modernas que começaram a ser discutidas no seio da Junta no momento anterior. Neste sentido, antecipam e acompanham o debate arquitetónico, em Portugal suscitado pelo Inquérito à Arquitetura Popular, em torno das qualidades da arquitetura vernácula, e aproximam-se dos projetos desenvolvidos pouco tempo depois para as Habitações Económicas da Federação de Caixas de Previdência.

A primeira proposta de casal desenvolvida para o Núcleo de Vascões da Colónia Agrícola da Boalhosa foi projetada pelo arquiteto Henrique Albino, em 1954 (Albino, 1954). Constitui o único projeto em que os casais, organizados em banda, e o assentamento são desenhados pelo mesmo arquiteto.

Dois anos depois de desenhado o projeto, o lugar do assentamento é repensado, de forma a implantar-se totalmente no concelho de Paredes de Coura, onde se localiza a grande maioria das terras agrícolas da Colónia. É desenvolvido um novo projeto quer para o conjunto quer para os casais. António Trigo projeta a aldeia, José Luiz Pinto Machado é o arquiteto que assina o projeto dos casais. A proposta, apesar de agora organizada em edifícios geminados, decorre claramente do projeto de Henrique Albino, revelando, no entanto, quer um aparente maior conhecimento do funcionamento da vida agrícola quer uma maior capacidade de sistematização e economia no desenho dos espaços. Quer no que respeita à habitação, quer ao total do edifício (incluindo anexos agrícolas), o projeto reduz drasticamente a sua área bruta, 145 m² (o primeiro casal construído na Colónia Agrícola do Barroso tem 233 m² e o último casal projetado, para a Colónia Agrícola da Gafanha, 170 m²), aproximando-se dos primeiros casais projetados

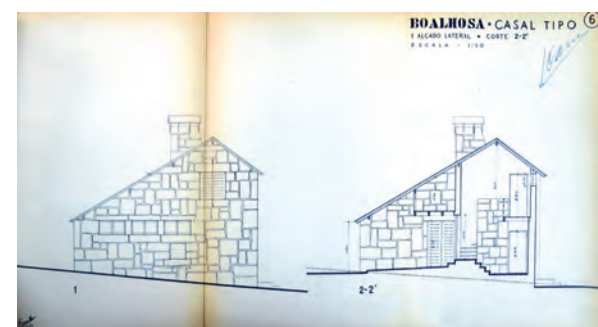


FIG. 23 Planta do piso térreo do casal para o Núcleo de Vascões da Colónia Agrícola da Boalhosa, Paredes de Coura (arquiteto José Luiz Pinto Machado para a JCI, 1956) [Machado, 1956]. FCG/BAA. Estúdio Mário Novais

FIG. 24 Corte do casal para o Núcleo de Vascões da Colónia Agrícola da Boalhosa, Paredes de Coura (arquiteto José Luiz Pinto Machado para a JCI, 1956) [Machado, 1956]. Biblioteca do GPP/MAFDR/MMar

para a Colónia Agrícola de Milagres e Sabugal. Tal como na proposta de Henrique Albino, perante um terreno inclinado, o projeto procura minimizar a necessidade de terraplenagens, adaptando os edifícios ao declive do terreno. Todos os casais do assentamento possuem sensivelmente a mesma orientação solar, garantindo a exposição da habitação a sul e voltando as dependências agrícolas para norte e este ou oeste. Este aspeto constitui uma das premissas do projeto mais destacadas na memória descritiva e tem consequências diretas na organização interna e volumetria da proposta.

No que respeita aos equipamentos, mantém-se uma diversidade de expressões arquitetónicas que parecem prender-se agora apenas com os interesses de cada um dos arquitetos. São projetados todos os equipamentos da Colónia Agrícola da Boalhosa — escola, casa da professora, armazém/escritório/casa do guarda, forno e estábulo coletivo, capela e miradouro (os dois últimos não construídos) — e a adega cooperativa e a cooperativa de consumo da Colónia Agrícola de Pegões.

No final da década de 1950, está genericamente encerrado o processo de construção das sete colónias agrícolas da Junta. Após 1960, são apenas desenvolvidos projetos para ampliação da adega cooperativa da Colónia Agrícola de Pegões, cemitérios das Colónias Agrícolas de Pegões e do Barroso, edifícios polivalentes — escola, casa da professora e sala polivalente — para alguns dos assentamentos da Colónia Agrícola do Barroso, uma capela — já desenvolvida no âmbito do Programa de Bem-Estar Rural — para a Colónia Agrícola do Alvão e armazéns para a II fase da Colónia Agrícola da Gafanha. É revisto o plano de colonização da Colónia Agrícola da Boalhosa, construído um estábulo no Núcleo de Lameira do Real e desenvolvidos projetos para a ampliação dos casais e capela do Núcleo de Vascões da mesma Colónia.

A transição da década de 1950 para a década de 1960 é marcada pela presença de José do Nascimento Ferreira Dias Júnior como Ministro da Economia (1958-1962) e de Vasco Rodrigues de Pinho Leónidas como presidente da JCI (1959-1969), coincidindo também este período com o II Plano de Fomento (1959-1964). A atividade da Junta é reorientada para a exploração de herdades, acesso à propriedade, emparcelamento e Programa de Bem-Estar Rural. Os arquitetos da JCI elaboram pontualmente projetos para outras instituições do Estado, como é o caso dos «exemplos-tipo de casas de ‘mãe de família’», a construir pelo Instituto Nacional de Assistência à Família (Machado, 1959).

Nesta transição, e em tom de balanço crítico sobre a obra da Junta no que respeita à habitação rural, importa destacar a publicação, em 1960, do livro *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural* (Lobo, 1960), desenvolvido por dois arquitetos da JCI — Vasco Lobo e Alfredo da Mata Antunes. No livro é feito um balanço sobre o estado da habitação rural em Portugal no final da década de 1960, os problemas que enfrentavam, o valor que representava, as necessidades e as possibilidades de intervenção. A obra da JCI, apresentada como realização de uma experiência³², é referida como exemplo. Exemplo pela diversidade de

32 «Do que não resta dúvida é que foi realizada uma experiência — alguém teria de o fazer — e que, para além dos resultados imediatos, se adquiriu uma ideia mais clara dos objectivos a atingir, das suas reais dificuldades e um progressivo senso de medida.», in Lobo, 1960, p. 105.

circunstâncias de intervenção e modelos propostos³³ e exemplar pela integração de várias áreas de conhecimento na constituição dos seus quadros técnicos e metodologia de trabalho³⁴.

Do ponto de vista dos modelos propostos, o texto, ilustrado com fotografias e plantas dos casais dos Núcleos de Faias, Figueiras e Pegões Velhos da Colónia Agrícola de Pegões e das Colónias Agrícolas da Gafanha, Barroso e Boalhosa, sublinha o sentido experimental da obra da JCI, evidenciando a diversidade, quer de contextos de intervenção, quer de soluções testadas (Lobo, 1960, pp. 110-112). O intuito pedagógico da experiência, na proposição de soluções facilmente reproduzíveis, é também destacado pelo facto de as obras recorrerem a «materiais que em cada região resolvem tradicionalmente os problemas levantados pela construção de pequenas habitações: perpeanços de granito, alvenarias ordinárias, madeiras, materiais cerâmicos e hidráulicos, etc., etc.» (Lobo, 1960, p. 110).

Para além da leitura da obra da JCI como uma experiência com o intuito de testar, apresentar e influenciar a qualificação da habitação rural nas regiões onde se desenvolvia a intervenção, Vasco Lobo e Alfredo da Mata Antunes, num texto extraordinariamente crítico, debatem um conjunto de aspetos que consideram fundamentais para a contínua qualificação da habitação rural:

«[...] não acompanhou esta apreciável actividade uma procura de conceitos de base que permitissem encarar problemas vitais ligados à resolução dos aglomerados e dos programas de habitação. De uma maneira geral, as limitações de ordem económica foram resolvidas pelo sacrifício de funções, de áreas, de número dos compartimentos, da qualidade da construção; não se tendo encarado aspectos de importância decisiva como os da organização de estaleiros de trabalho, da normalização de elementos construtivos, do emprego de mão-de-obra não especializada, da elasticidade dos programas (faseamentos, ampliações) e, em síntese, de uma racionalização dos custos da construção que tornasse efectivamente possível a recuperação de um *habitat* em decadência.» (Lobo, 1960, p. 118).

Na globalidade do livro, a referência a obras de organismos congéneres noutros países³⁵ e associações internacionais revela o conhecimento que no final da década de 1950 os arquitetos da Junta detinham sobre o contexto do debate internacional no âmbito da habitação rural, e sobre o qual, na transição da década, equacionaram a reorientação do organismo. Esse momento foi marcado por várias conferências e publicações de arquitetos da JCI³⁶. O livro *Alguns Problemas do Mundo Rural Português*, do arquiteto José Luís Pinto Machado, é, neste contexto, relevante por identificar e analisar um conjunto abrangente de referências³⁷.

33 «Até hoje, a JCI [...]: 1) construiu habitações para famílias colónicas em diversos núcleos de colonização, prevendo para cada caso uma dada estrutura económica, uma divisão em aldeamentos ou grupos, um dado tipo de concentração e um programa de instalações complementares; 2) construiu habitações para glebeiros, na sequência da divisão de propriedades em glebas subsidiárias do seu trabalho normal, relacionando a dimensão da exploração com a necessidade de suprir os encargos de renda ou amortização da casa do assalariado ou do trabalhador rural; 3) construiu, por solicitação e em propriedade privada, habitações unifamiliares para empresários agrícolas, feitores, caseiros, guardas, tratadores; bem como instalações colectivas para grupos de trabalhadores eventuais. Previamente e para cada caso, ajustou a escala das instalações solicitadas à natureza da exploração e completou o apoio financeiro previsto na lei com um mínimo de assistência técnica; 4) melhorou, adaptou e ampliou habitações existentes, ainda em propriedade privada, para os mesmos casos e nas condições da alínea anterior.», in Lobo, 1960, pp. 106-108.

34 «Se está por completar uma recolha de material de investigação e a própria sistematização do existente, está pelo menos criada a opinião de que não é possível progredir sem esses elementos de trabalho e de que a solução a dar a um problema difícil como o da habitação nos meios rurais não está ao alcance de simples formulários ou de um teor de improvisação. Residindo a maior dificuldade em estruturar um método de trabalho que consiga sobrepor-se a actividades isoladas e esforços desencontrados, a JCI tem, na constituição dos seus quadros técnicos, a melhor garantia de o conseguir e de poder entregar-se a uma acção intensiva na renovação do *habitat* rural. A presença nos seus quadros de toda a gama de técnicos agrários e de construção civil, garantindo uma visão de conjunto do problema em termos de economia, urbanismo, agronomia, pecuária, engenharia, arquitectura, paisagismo, dá uma ideia das possibilidades futuras do organismo e da sua específica adaptação a este sector de actividade.», in Lobo, 1960, pp. 105-106.

35 «Riforma fondiaria in Puglia e Lucania — Itália», «Ente per la trasformazione fondiaria in Sardegna — Itália», «Ente Maremma — Itália», «Société Nationale de la petit propriété terrienne — Bélgica», «Programa de habitação económica — Porto Rico», «Programa de educação em habitação rural — Colômbia», «Comission du logement familial de L'Union internationale des organismes familiaux», «Programa de cooperação técnica da organização dos estudos americanos», «Centro interamericano de vivienda y planeamiento».

36 Machado, 1960; Machado, 1961; Antunes, 1963; Machado, 1964; Machado, 1965.

37 *La Ferme radieuse*, de Le Corbusier; a obra das *Entes de Riforma Fondiaria* Italianas, com destaque para *La Murgetta*, *Burgo residencial Sant'Ana* e *La Martella*; a obra da Companhia do *Bas-Rhône Languedoc* — França; e os *Machav's* e *Kibboutz* Israelitas [Machado, 1965].

Da construção de uma identidade à decadência do programa colonizador

Procurando construir uma ideia que consiga expressar o que invariavelmente está presente nos projetos dos assentamentos das colónias agrícolas e lhes permite manter a sua legibilidade e capacidade de inscrição, diria que (com maior relevância nos assentamentos da Colónia Agrícola do Barroso) é a concentração de intenções, de respostas às várias premissas, no desenho de cada elemento estruturante. Desenho esse que toma o espaço público – arruamento, largo e praça central – como elemento estruturante do seu sistema compositivo, e se ancora numa apropriação sensível da circunstância geográfica e topográfica do sítio, utilizando um mínimo de recursos construídos.

A ausência de um princípio de organização da parcela qualificador do distanciamento à via, e desejavelmente com flexibilidade para responder às diferentes necessidades ao longo do tempo, constitui um dos temas mais empobrecedores das intervenções arquitetónicas da JCI nas colónias agrícolas. Tema que não deixa de estar associado àquele que consideramos, do ponto de vista da arquitetura, o mais problemático da ação colonizadora da Junta – a formulação fechada do programa e desenho da habitação e dependências agrícolas do edifício do casal.

A habitação dos colonos, materializando linearmente o objetivo, afirmado inicialmente, de as colónias constituírem «[...] bom e abundante viveiro de colonos que no Império Colonial irão fixar a raça e valorizar o território» (SNI, 1944, pp. 15-16), é dimensionada para uma família jovem com filhos menores. O desenho dos vários casais projetados não introduz qualquer mecanismo que possibilite uma adaptação à futura evolução da constituição da família. Tendo como premissa que o excesso populacional – assim era entendida a descendência dos colonos – seria transferido para o Ultramar³⁸, este espaço cristalizado, associado à indivisibilidade da propriedade, constitui um dispositivo profundamente condicionador de uma ideia de família e consequentemente de comunidade. Com o fim do império colonial na década de 1960, momento que corresponde também ao completar da maioria dos filhos dos primeiros colonos instalados, o sistema torna-se obsoleto, não apresentando alternativas para o futuro destes, que, na maioria dos casos, veem-se obrigados a emigrar.

Nestas intervenções, de âmbito eminentemente agrícola e social, a arquitetura é apenas uma das componentes necessária mas claramente insuficiente para determinar o seu sucesso ou fracasso. O seu contributo prende-se essencialmente com três aspetos: a qualificação das condições espaciais; a construção de uma imagem identitária, e o debate em torno dos programas dos edifícios. Ao contrário do que sucedeu com os equipamentos, onde houve espaço para experimentação sobre o seu programa e organização, no caso das habitações dos colonos, a participação dos arquitetos nas equipas de projeto não teve qualquer reflexo, mantendo-se durante todo o percurso de construção das sete colónias

³⁸ «Os adjudicatários de casais agrícolas ou os seus filhos casados terão, sob parecer favorável da JCI, preferência na constituição de núcleos de colonização no Ultramar, promovida ou patrocinada pelo Estado.», in Lei n.º 2014, 1946, base xxviii.

agrícolas o programa estabelecido inicialmente. Apesar de existirem, entre os vários casais projetados, diferenças de dimensionamento, não foram propostos quaisquer dispositivos que dotassem os edifícios dos casais de flexibilidade na adaptação às variações, necessidades e aspirações do agregado familiar ou da produção agrícola e pecuária, facto que terá tido algum impacto para o insucesso da ação colonizadora.

Para além de problemas específicos que cada colónia sofreu — como seja a ocupação de grande parte dos terrenos agrícolas da Colónia Agrícola do Barroso pelas águas da Barragem do Alto do Rabagão; da redução de uma área significativa dos terrenos da Colónia Agrícola da Boalhosa, decorrente de um longo processo judicial de determinação dos proprietários dos baldios; do insucesso económico da transformação dos solos arenosos em produtivos na Colónia Agrícola da Gafanha —, os vários assentamentos sofreram os mesmos processos de emigração e desertificação das povoações que lhes eram próximas. A indivisibilidade das propriedades levou à saída dos filhos dos colonos e hoje os jovens colonos da década de 1950 estão envelhecidos. Atualmente, as sete colónias estão, em parte, abandonadas. Em cada colónia existe um pequeno número de casais que ainda se dedica à produção agrícola — produção de batata na Boalhosa, bovinos no Barroso, hortícolas e vinha em Pegões. Os edifícios destes casais sofreram ao longo do tempo diversas ampliações e modificações no intuito de responder a novas necessidades, os restantes foram transformados em casas de férias ou estão abandonados. Os conjuntos mantêm, contudo, a sua estrutura e legibilidade, à exceção da Colónia Agrícola dos Milagres, onde a indivisibilidade da propriedade não parece ter sido respeitada e os casais da Junta estão perdidos entre muitas outras construções.

O estigma do colono que «ocupou» os baldios do povo ainda persiste entre as comunidades vizinhas das colónias, em especial no Barroso (Fonseca, 1998, pp. 34-41; Pinto, 1975), não existindo um conhecimento real do processo de instalação dos casais agrícolas, em especial do processo da sua aquisição.

O reconhecimento do valor patrimonial destes conjuntos difere entre municípios, em Pegões foi desenvolvido um projeto de recuperação dos equipamentos do Núcleo de Santo Isidro, divulgado numa publicação; na Boalhosa, o espaço público e os equipamentos foram, em parte, recuperados e integrados no Centro de Educação e Interpretação Ambiental; no Sabugal procura-se recuperar a produção através do Centro Experimental de Castanheiros e Aveliras; no Barroso existem escolas à venda e o assentamento do Centro Social está completamente abandonado e vandalizado. Em nenhuma colónia existe qualquer projeto de salvaguarda dos edifícios dos casais agrícolas, dos conjuntos ou da paisagem.

O grande debate político atual, dado o impacto dos recentes incêndios, versa, inevitavelmente, sobre a desertificação e o ordenamento do território rural e florestal. Neste âmbito, as ações e realizações da JCI são muito pertinentes para este debate: que metodologias a adotar e como atuar (abstraindo-nos

naturalmente da ideologia que lhes era subjacente e da consideração do casal agrícola como unidade base de colonização). Do ponto de vista metodológico, é exemplar o contributo da Junta no que se refere à garantia de um conhecimento prévio, de proximidade, da realidade — o Reconhecimento dos Baldios do Continente (1937-1939) e o Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios (1941) constituíram processos relevantes pelo modo como, num curto espaço de tempo, foram elaborados exaustivos estudos e levantamentos abrangendo todo o território continental, a partir de trabalhos de campo de grande rigor; assim como a constituição de equipas multidisciplinares (envolvendo agronomia, economia, arquitetura, sociologia e ensino) em estrita colaboração com instituições académicas.

O modo ecológico como atuavam no território (decorrente de um sentido de economia de meios e baixa manutenção) e a construção produtiva e estética das paisagens — não só nas colónias agrícolas mas também em processos de emparcelamento de propriedades rústicas pulverizadas — constituem um importante contributo para hoje se pensar no modo como podemos, sustentavelmente, racionalizar, regrar, rentabilizar e segurar os nossos territórios mais votados ao abandono ou ao desordenamento.

Referências bibliográficas

- ACCIAIUOLI, Margarida, 1991. «Os anos 40 em Portugal. O País, o regime e as artes. 'Restauração' e 'Celebração'». Tese de Doutoramento em História da Arte Contemporânea. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- AFONSO, Manuel Sieuve, 1938. «A Colonização da Gafanha. Subsídios para o seu estudo». [Relatório final do curso de Engenheiro Agrónomo.] Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.
- ÁGOAS, Frederico, 2011. «Saber e poder. Estado e investigação social agrária nos primórdios da Sociologia em Portugal». Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- ALBINO, Henrique, 1954. *Casal da Boalhosa. Vol. a: Memória Descritiva e Justificativa, Medição de Trabalhos, Orçamento, Peças Desenhadas. Vol. b: Projecto da Casa Tipo*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- ANTUNES, Alfredo da Mata, 1963. *Arquitectura e Desenvolvimento Rural. Conferência proferida na Biblioteca Municipal de Elvas a 28 de Janeiro de 1963*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- BARROS, Henrique de, 1946. *Oliveira Martins e o Projecto de Lei do Fomento Rural*. Lisboa: Seara Nova.
- BASTO, E. A. Lima, e Henrique de BARROS, 1943. *Inquérito à Habitação Rural. Vol. 1: A Habitação Rural nas Províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro)*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- , 1942. *A Casa Rural*. [Campanha da Produção Agrícola. Série B, n.º 25]. Lisboa: Ministério da Economia, Direção-Geral dos Serviços Agrícolas.
- BELO, Duarte, 2012. *Portugal — Luz e Sombra. O País Depois de Orlando Ribeiro*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- BRITO, Joaquim Pais de, 1982. «O Estado Novo e a aldeia mais portuguesa de Portugal», in *O Fascismo em Portugal: Actas do Colóquio Realizado na Faculdade de Letras em Março de 1980*. Lisboa: A Regra do Jogo, pp. 511-532.
- CALDAS, Eugénio Castro, 1998. *A Agricultura na História de Portugal*. Lisboa: Empresa de Publicações Nacionais.

CALDAS, João Lemos de Castro, 1982. *Política de Colonização Interna (1936-1974). Análise do perfil do colono-tipo*. Lisboa: Centro de Economia Agrária e Sociologia Rural, Universidade Técnica de Lisboa.

CALDAS, José Garcez Pereira, 1937. *A Bonifica Integral em Itália*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.

Câmara Corporativa, 1938. *Diário das Sessões*, n.º 192 (10.º suplemento), de 29 de outubro de 1938. Secretaria da Assembleia Nacional da República Portuguesa.

—, 1953. *Diário das Sessões*, n.º 4, de 10 de dezembro de 1953. Secretaria da Assembleia Nacional da República Portuguesa.

—, 1954. *Diário das Sessões*, n.º 24, de 3 de fevereiro de 1954. Secretaria da Assembleia Nacional da República Portuguesa.

CAMPELLO, António Roquette, 1956. *Estudo de Ordenamento Paisagístico e de Urbanização da Colónia Agrícola da Gafanha*. Parte 1. Lisboa: Junta de Colonização Interna.

CHAGAS, Maurício Trindade, 1948. *Núcleo da Boalhosa. Anexo VI: Casal tipo*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.

—, 1950a. *Projecto do Casal a Construir no Alvão, Vila Pouca de Aguiar*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.

—, 1950b. *Projecto do Casal Tipo para a Gafanha: Memória descritiva*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.

CONSTANTINO, Dâmaso, 1937. *Projecto de Reorganização da Colónia Agrícola dos Milagres. Anexo 6: Reparações nos casais existentes e construção de novos casais em Milagres e Bidoeira*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.

DIAS, Jorge, 1949. *Minho, Trás-os-Montes, Haut-Douro. Livret-guide de l'excursion*. Lisboa: Union Geographique Internationale.

FARIA, Manuel Severim de, 1655. *Notícias de Portugal*. Lisboa Occidental: Officina Craesbeeckiana.

FARIA, Nuno, 2015. *Os Inquéritos [à Fotografia e ao Território]. Paisagem e Povoamento*. Guimarães: Centro Internacional das Artes José de Guimarães.

FERRÃO, Manuela, 2004. *Henrique de Barros: Centenário do nascimento: 1904-2004*. Lisboa: Assembleia da República.

FLORES SOTO, José Antonio, 2013. «La construcción del lugar. La plaza en los pueblos del Instituto Nacional de Colonización», in *Historia Agraria. Revista de agricultura e historia rural*. SEHA, n.º 60, agosto de 2013. <www.historiaagraria.com> [consultado em 6 de outubro de 2014].

FONSECA, Inês, Dulce FREIRE e Paula GODINHO, 1998. «Soluções do Estado Novo. Educar o Barroso no cultivo racional das suas terras», *História* n.º 6, setembro de 1998, pp. 34-41.

FORTES, Mário Pais da Cunha, 1935. *Colónia Agrícola dos Milagres. Concelho de Leiria — Freguesia dos Milagres: Projecto*, in separata do *Boletim de Agricultura*, ano II, n.º 4 e 5, III série, abril. Lisboa: Ministério da Agricultura. Serviço de Publicidade e Biblioteca da Direção-Geral da Ação Social Agrária.

GIRÃO, Aristides de Amorim, 1941a. *Atlas de Portugal*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.

—, 1941b. *Geografia de Portugal*. Porto: Portucalense Editora.

GUERREIRO, Filipa de Castro, 2016. «Colónias agrícolas portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento e o território». Tese de Doutoramento em Arquitetura. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

Junta de Colonização Interna (ed.), 1937a. *Projecto de colonização do Baldio de Sabugal, Peladas*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.

— (ed.), 1937b. *Projecto de Reorganização da Colónia Agrícola dos Milagres*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.

— (ed.), 1939. *Reconhecimento dos Baldios do Continente*. Lisboa: Ministério da Agricultura.

—, 194(?)a. *Colónia Agrícola dos Milagres — Leiria [álbum de fotografias]*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.

— (ed.), 194(?)b. *Projecto do Casal para a Herdade de Pegões: Memória descritiva e peças desenhadas*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.

— (ed.), 1941. *Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados*. Lisboa: Ministério da Agricultura.

— (ed.), 1942a. *Plano Geral de Colonização do Perímetro da Gafanha*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.

- (ed.), 1942b. *Projecto de Colonização da Herdade de Pegões*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- (ed.), 1944. *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas: I Parte — freguesia de Chã*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- (ed.), 1948. *Projecto de Colonização do Planalto do Alvão*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- , 195(?). *Actividades da JCI [Documentação fotográfica]: Centros de Colonização*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- (ed.), 1962. Junta de Colonização Interna. *Exposição comemorativa do XXV Aniversário [folheto]*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- (ed.), 1962. *Estudos Realizados pela JCI até Fins de 1962, reunidos por Distritos e no Continente em Geral*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- LOBO, Vasco, e Alfredo da Mata ANTUNES, 1960. *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural*. Coimbra: Ministério das Obras Públicas, Direção-Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo.
- MACEDO, Mário Botelho de, 1942a. *A Casa Rural. A habitação*. [Campanha da Produção Agrícola, série B, n.º 26.] Lisboa: Ministério da Economia, Direção-Geral dos Serviços Agrícolas.
- , 1942b. *A Casa Rural. O silo*. [Campanha da Produção Agrícola, série B, n.º 35.] Lisboa: Ministério da Economia, Direção-Geral dos Serviços Agrícolas.
- MACHADO, José Luiz Pinto, 1956. *Casal tipo na Colónia Agrícola da Boalhosa: memória descritiva e justificativa: medição dos trabalhos, orçamento, peças desenhadas*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- , 1959. *Exemplos-tipo de Casas de Mãe de Família a Construir nas Províncias do Continente pelo Instituto Nacional de Assistência à Família*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- , 1960. *Planos Regionais e Planeamento Territorial*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Direção-Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo.
- , 1961. *Novas Possibilidades para a Modernização do Habitat Rural. Conferência proferida na Câmara Municipal de Penafiel a 30 de Novembro de 1961*. Lisboa: Secretaria de Estado da Agricultura.
- , 1964. *A Arquitectura Rural e a Reorganização Fundiária Italiana*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- , 1965. *Alguns Problemas do Mundo Rural Português*. Lisboa: Centro de Estudo de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco — Ministério das Obras Públicas.
- MANIQUE, António Pedro, 1987. «O 'casal de família' — Reflexões em torno da sua origem política e fundamentos político-ideológicos», in *Das Origens ao Fim da Autarcia*, vol. II. Lisboa: Ed. Fragmentos.
- MONCLÚS, Francisco Javier, e José Luis OYÓN, 1988. *Historia y evolución de la colonización agraria en España. Volumen I — Políticas y técnicas en la ordenación del espacio rural*. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, Ministerio de Obras Públicas y Urbanismo y Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.
- MONIZ, Gonçalo Canto, 2005. «Arquitectos e políticos. A arquitectura institucional em Portugal nos anos 30», in *DC Papeles*, n.º 13-14. Barcelona, Departament de Composición Arquitectónica, UPC, pp. 68-79. Disponível em upcommons.upc.edu [consultado em 23 de julho de 2015].
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, e Fernando GALHANO, 1992. *Arquitectura Tradicional Portuguesa* [coleção «Portugal de Perto»]. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- PEREIRA, Nuno Teotónio, 1996. «Um testemunho sobre a arquitectura nos anos 50», in *Escritos. 1947-1996, selecção*. Porto: FAUP Publicações.
- , 1998. «A arquitectura de regime, 1938-1948», in *Portugal: Arquitectura do Século XX*. München, New York, Frankfurt, Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, S. A., Deutsche Architekturmuseum, Prestel Verlag.
- PILLER, Jean, 1938. *La colonisation intérieure*. Fribourg: Éditions du Secrétariat agricole.
- PINTO, Eduardo, e Fernando BELO, 1975. *A Gente Que Nós Somos. Distrito de Vila Real: Remover Montanhas*. Lisboa: RTP1. 42'20 [disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/distrito-de-vila-real-remover-montanhas/>].
- PINTO, José Rebelo Vaz, 1938. *Parcelamento da Herdade da Torre (Vidigueira)*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- proffranciscocaldeiracabral.portaldojardim.com [consultado em 9 de julho de 2015].
- RIBEIRO, Orlando, 1945. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra: Coimbra Editora.

—, 1995. «A concentração urbana e os seus males. Documentos e perspectivas de estudo» [1957], in *Opúsculos Geográficos. Volume V — Temas Urbanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ROSAS, Fernando, 1994. *História de Portugal. O Estado Novo, 1926-1974* [7.º vol.]. Lisboa: Editorial Estampa.

Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) [1942]. *Obras Públicas. Cadernos do Ressurgimento Nacional*. Lisboa: Edições Secretariado de Propaganda Nacional.

Secretariado Nacional de Informação (SNI), 1944. *Colonização Interna. Cadernos do Ressurgimento Nacional*. Lisboa: Secretariado Nacional de Informação.

—, 1945. *Hidráulica Agrícola. Cadernos do Ressurgimento Nacional*. Lisboa: Secretariado Nacional de Informação.

SILVA, Elisa Lopes, 2011. «A propriedade e os seus sujeitos: Colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo». Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SOBRAL, José Manuel, s. d. «DIAS, António Jorge», in *Dicionário de Historiadores Portugueses: Da fundação da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo (1779-1974)* [disponível em <http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_dias_jorge.htm> (consultado em 25 de agosto de 2015)].

SOLÀ-MORALES, Ignasi de, 1991. «Mnemosi o retorica: la crisi della rappresentazione nella città e nell'architettura moderne», in *Atlante metropolitano. Quaderni di Lotus*. Milão: Electa, pp. 91-94.

SOROA Y PINEDA, José Maria, 1930. *Construcciones agrícolas* [4.ª ed.]. Madrid: Ruiz Hermanos.

TAMÉS ALARCÓN, Jose, 1948. «Proceso urbanístico de nuestra colonización interior», in *Revista Nacional de Arquitectura. Revista de la Sociedad Central de Arquitectos*, ano VIII, n.º 83, novembro de 1948.

TRIGO, António, 1948. *Edifício para Assistência Técnica do Barroso, Concelho de Montalegre: Projecto*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.

—, 1949. *Projecto do Casal-tipo para a Herdade de Pegões. Construção de 3 casais agrícolas na Herdade de Pegões, Núcleo do Vale da Aroeira, Lagoa do Calvo, concelho de Palmela*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.

—, 1957. *Colónia Agrícola da Boalhosa: Urbanização: Projecto*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.

VASCONCELOS, Francisco Lobo de, 1938. *Parcelamento das Herdades do Montinho e da Gramacha (Nossa Senhora de Machede — Évora)*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.

Legislação

Decreto-Lei n.º 23052. *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 217, de 23 de setembro de 1933. Presidência do Conselho — Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social.

Lei n.º 1914. *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 118, de 24 de maio de 1935. Presidência do Conselho.

Decreto-Lei n.º 27207. *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 269, de 16 de novembro de 1936. Ministério da Agricultura — Gabinete do Ministro.

Decreto-Lei n.º 31271. *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 113, de 17 de maio de 1941. Ministério das Obras Públicas e Comunicações — 8.ª Repartição da Direção-Geral da Contabilidade.

Lei n.º 2014. *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 115, de 27 de maio de 1946. Presidência da República — Secretaria.

Decreto-Lei n.º 36054. *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 290, de 20 de dezembro de 1946. Ministério da Economia — Gabinete do Ministro.

Lei n.º 2072. *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 131, de 18 de junho de 1954. Presidência da República.

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACEGE Associação Cristã de Empresários e Gestores	FD Fundo de Desemprego
AD Aliança Democrática	FEEI Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
AIH Association Internationale de l'Habitation	FFH Fundo de Fomento da Habitação
AME Arquivo Municipal de Espinho	FNRE Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado
AML Área Metropolitana de Lisboa	FMI Fundo Monetário Internacional
AMP Área Metropolitana do Porto	GAR Gabinete de Apoio à Reconstrução (Açores)
AMP Arquivo Municipal do Porto	GEH Gabinete de Estudos de Habitação, da DGSU
AMPC Arquivo Municipal de Paredes de Coura	GEP Gabinete de Estudos e Planeamento, do FFH
ANTT/EPJUS Arquivo Nacional da Torre do Tombo / Empresa Pública do Jornal O Século	GOP Grandes Opções do Plano
AUGI Área Urbana de Génese Ilegal	GPA Grupo de Planeamento e Arquitetura
BEI Banco Europeu de Investimento	GPP/MAFDR/MMar Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral / Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural / Ministério do Mar
CAR Comissão para o Alojamento de Retornados / Refugiados	GPP Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
CDH contrato de desenvolvimento para habitação	GPZ Gabinete do Plano de Desenvolvimento do Vale do Zambeze
CDS Partido do Centro Democrático e Social	GTH Gabinete Técnico de Habitação, da Câmara Municipal de Lisboa
CE Casas Económicas	HBP Comité Housing, Building and Planning (Habitação, Construção e Urbanismo) da CEE-ONU
CEB Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa	IARN Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais
CEE Comunidade Económica Europeia	IFRRU Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas
CEE-ONU Comissão Económica para a Europa da Organização das Nações Unidas	IGAPHE Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
CEG/IGOT/UL Centro de Estudos Geográficos / Instituto de Geografia e Ordenamento do Território / Universidade de Lisboa	IGFSS Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
CGRL Comissariado do Governo para a Região de Lisboa — Zonas Clandestinas e Degradadas	IHRU Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
CHE Cooperativas de Habitação Económica	INC Instituto Nacional de Colonización
CIAM Congresso Internacional da Arquitetura Moderna	INE Instituto Nacional de Estatística
CIAUD Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design	INH Instituto Nacional da Habitação
CMB/MI/AAL Câmara Municipal de Braga / Museu da Imagem / Arquivo Aliança	INTP Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência
CML Câmara Municipal de Lisboa	IPSS Instituições Particulares de Solidariedade Social
CMO Câmara Municipal de Oeiras	IRC imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas
CRED Centre for Research on the Epidemiology of Disasters	IRS imposto sobre o rendimento de pessoas singulares
CTT Correios, Telégrafos e Telefones	ISA Instituto Superior de Agronomia
DGADR Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural	ISCTE Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
DGEMN Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	IVA imposto sobre o valor acrescentado
DGERU Direção-Geral do Equipamento Regional e Urbano	JAOHA Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola
DGHEA Direção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola	JCCP Junta Central das Casas de Pescadores
DGPC Direção-Geral do Património Cultural	JCI Junta de Colonização Interna
DGPHE Direção-Geral da Previdência e Habitações Económicas	KML Keyhole Markup Language
DGPU Direção-Geral do Planeamento Urbanístico	LNEC Laboratório Nacional de Engenharia Civil
DGSU Direção-Geral dos Serviços de Urbanização	MAFDR Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
DHC Direção de Habitação do Centro, do Fundo de Fomento da Habitação	MAS Ministério dos Assuntos Sociais
DRHUA/SRES Direção Regional de Habitação, Urbanismo e Ambiente / Secretaria Regional do Equipamento Social	MCPS Ministério das Corporações e Previdência Social
DSP Direção dos Serviços de Projeto, do Fundo de Fomento da Habitação	MHOP Ministério da Habitação e Obras Públicas
DSUN Direção de Serviços de Urbanização do Norte	MIPEX Migrant Integration Policy Index
DUE Divisão de Urbanização e Edifícios, do Fundo de Fomento da Habitação	MONAC Movimento Nacional de Auto-Construção, da UCIDT
DRIAL Departamento de Realizações Integradas para a Área de Lisboa, do Ministério da Habitação e Obras Públicas	MOP Ministério das Obras Públicas
EFTA European Free Trade Association	MOPC Ministério das Obras Públicas e das Comunicações
EU União Europeia	MSA Mercado Social de Arrendamento
EUA Estados Unidos da América	MU Melhoramentos Urbanos
FA Faculdade de Arquitetura (Universidade de Lisboa)	NIPRE Núcleo de Informação Pública e Relações Externas, do FFH
FAIH Fundo de Apoio ao Investimento para a Habitação	NRAU Novo Regime do Arrendamento Urbano
FAUP/CDUA Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto / Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitetura	OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
FCE Fundo de Casas Económicas	OIT Organização Internacional do Trabalho
FCG Fundação Calouste Gulbenkian	ONU Organização das Nações Unidas
FCG/BAA Fundação Calouste Gulbenkian / Biblioteca de Arte e Arquivos	PAEF Programa de Ajustamento Económico e Financeiro
FCP-HE Federação de Caixas de Previdência — Habitações Económicas	PALOP Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
	PER Programa Especial de Realojamento
	PHSMA Programa de Habitação Social Municipal para Arrendamento
	PI Plano(s) Integrado(s), do FFH

PIB	Produto Interno Bruto	SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local
PIMP	Programa de Intervenção de Médio Prazo	SCCE	Serviço de Construção de Casas Económicas, da DGEMN
PLH	Programa Local de Habitação	SIPA	Sistema de Informação para o Património Arquitetónico
PRAUD	Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas	SMU	Secção de Melhoramentos Urbanos, da DGEMN
PREC	Processo Revolucionário em Curso	SNBPC	Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil
PRID	Programa de Recuperação de Imóveis Degradados	SNI	Secretariado Nacional de Informação
PRODAC	Programa de Produtividade e Autoconstrução, da UCIDT	SOLARH	Programa de Solidariedade de Apoio à Recuperação de Habitação
PROHABITA	Programa de Financiamento para Acesso à Habitação	SPO	Serviço de Projetos e Obras
PT	Portugal Telecom	SPRHI	Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas (Faial e Pico, Açores)
RECRIA	Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados	SRU	Sociedades de Reabilitação Urbana
RECRIPH	Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal	UE	União Europeia
REHABITA	Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas	UEM	União Económica e Monetária
RERU	Regime Excecional da Reabilitação Urbana	UCIDT	União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho
RFA	República Federal Alemã	ULisboa	Universidade de Lisboa
RSEU	Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas	UNECE	United Nations Economic Commission for Europe
		UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
		UNISDR	United Nations International Strategy for Disaster Reduction

AGRADECIMENTOS

afaconsult / ARQUISOMA — Gabinete de Arquitetura / Arquivo Distrital de Viana do Castelo / Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República / Arquivo — Museu da Presidência da República / Arquivo Nacional da Torre do Tombo / Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas sob tutela do Ministério da Economia / Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade do Porto / Biblioteca Nacional de Portugal / Bibliothèque Historique de la Ville de Paris / Câmara Municipal de Braga/Museu da Imagem / Câmara Municipal de Cascais/Arquivo Municipal de Cascais / Câmara Municipal da Covilhã / Câmara Municipal de Espinho/Arquivo Municipal de Espinho / Câmara Municipal de Évora/Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana / Câmara Municipal de Faro / Câmara Municipal de Guimarães/Arquivo Municipal Alfredo Pimenta / Câmara Municipal de Lisboa/Arquivo Municipal de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa/Departamento de Habitação / Câmara Municipal de Lisboa/Hemeroteca Municipal de Lisboa / Câmara Municipal de Oeiras/Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana / Câmara Municipal de Olhão / Câmara Municipal de Paredes de Coura/Arquivo Municipal de Paredes de Coura / Câmara Municipal do Porto/Arquivo Municipal do Porto / Câmara Municipal de Viana do Castelo/Arquivo Municipal de Viana do Castelo / Câmara Municipal de Vila Real/Pelouro do Ordenamento do Território e Urbanismo / Carlos Manuel G. Lobão / Centro de Estudos Geográficos / Centro de Estudos Sociais/Biblioteca Norte/Sul / Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design/ Faculdade de Arquitetura / Cinemateca Portuguesa / Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural/Biblioteca e Arquivo / Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/ Centro Português de Fotografia/Torre do Tombo / Direção-Geral do Património Cultural/Sistema de Informação para o Património Arquitetónico / Direção Regional da Habitação/Governo Regional dos Açores / Domus Social, E. M. / Eduardo Vilaça / Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto/Centro de Documentação / Faculdade de Direito da Universidade do Porto/Biblioteca / Fundação Calouste Gulbenkian/Biblioteca de Arte e Arquivos / GEBALIS, E. M. / Eduardo Vilaça / Governo Provincial da Zambézia / HABÉVORA, E. M. / Instituto de Geografia e Ordenamento do Território/Biblioteca / Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social/Departamento do Património Imobiliário / João M. Almeida / João Nuno Reis / José Luiz Pinto Machado / Junta de Freguesia de Encosta do Sol/Biblioteca Luís de Camões / Luís Bruno Soares / Maria Fernanda Serpa / Matosinhos Habit, E. M. / Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural/Arquivo do Gabinete de Políticas e Planeamento / Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social/Secretaria-Geral / Pedro Canedo / Produtora O Som e a Fúria / Rita Palla Aragão / Roberto Terra / Santiago Macias / Telma Monteiro / Vasco Peixoto Freitas / Victor Reis / Vila Real Social, E. M.

PROVENIÊNCIA DAS IMAGENS

Prefácio

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (Direção-Geral do Património Cultural): separador.

Cem anos de políticas públicas para a habitação em Portugal: Notas para uma história em construção

Centro Português de Fotografia: separador (cota PT/CPF/ALV/005074; autor não mencionado). Imagem cedida pelo CPF.

Arquivo Municipal de Lisboa: figuras 1 (Espólio Eduardo Portugal, cota PT/AMLSB/POR/015225), 10 (Coleção Fernando Martinez Pozal, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/POZ/000010), 11 (Coleção Armando Maia Seródio, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/N38647), 12 (Coleção Armando Maia Seródio, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/N52083), 13 (Coleção João Brito Geraldes, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBG/001220) e 14 (Coleção Armando Seródio, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/N75856).

Arquivo Nacional Torre do Tombo: figuras 2 (cota PT/TT/EPJS/SF/001-001/0059/3016M; autor não mencionado), 3 (cota PT/TT/EPJS/SF/001-001/0025/0256H; autor não mencionado), 4 (cota PT/TT/EPJS/SF/001-001/0027/1238H; autor não mencionado), 5 (cota PT/TT/EPJS/SF/001-001/0040/0648K; autor não mencionado), 6 (cota PT/TT/EPJS/SF/001-001/0046/2044L; autor não mencionado) e 7 (cota PT/TT/EPJS/SF/001-001/0057/2187M; autor não mencionado). Imagens cedidas pelo ANTT.

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (Direção-Geral do Património Cultural): figura 8.

Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte e Arquivos: figura 9 (Coleção Estúdio Novais, cota CFT164.102202).

A República e a questão social da habitação no rescaldo da Guerra (1918-1933)

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (Direção-Geral do Património Cultural): separador e figuras 3, 5, 6, 7, 9 e 15.

Biblioteca Nacional de Portugal: figura 1 (cota S. C. 20100P).

Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico Municipal : figuras 2 e 11.

Arquivo Nacional Torre do Tombo: figuras 4 (cota PT/TT/EPJS/SF/001-001/0017/1066E, autor não mencionado) e 18 (cota PT/TT/EPJS/SF/001-001/0027/1488H, autor não mencionado). Imagens cedidas pelo ANTT.

Arquivo Municipal de Lisboa: figuras 8 (cota PT/AMLSB/CMLSBAH/UROB-PU/10/441/38), 13 (cota PT/AMLSB/CMLSBAH/UROB-OM/07/01/02) e 14 (Espólio Eduardo Portugal, cota PT/AMLSB/POR/052569).

Câmara Municipal de Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta: figura 12 (cota AMAP/PSS/FMF-6-58-4-5-4).

Secretaria-Geral do Ministério da Economia, Biblioteca e Arquivo Histórico da Economia: figura 16 (Coleção de Desenhos Avulsos do Arquivo Histórico do MHOP, cota D 18 A).

Câmara Municipal de Cascais, Arquivo Municipal de Cascais: figura 17 (cota PT/CMCSC-AHMCSC/AADL/CMC/M-A/001/116 CX 115).

Casas económicas e casas desmontáveis: Génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo

Arquivo Municipal de Lisboa: separador (Coleção Kurt Pinto, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/KPI/000071) e figuras 4 (Coleção Álbuns Fotográficos de Lisboa, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/ALB/001/000071), 10 (Coleção Salvador de Almeida Fernandes, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SAL/000133), 11 (Coleção Álbuns Fotográficos de Lisboa, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/ALB/001/000054) e 14 (Coleção Artur João Goulart, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/N35448).

Centro Português de Fotografia: figuras 1 (cota PT/CPF/ALV/005088; autor não mencionado), 2 (cota PT/CPF/ALV/005100; autor não mencionado) e 3 (cota PT/CPF/ALV/005122; autor não mencionado). Imagens cedidas pelo CPF. Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico Municipal: figura 5.

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (Direção-Geral do Património Cultural): figuras 6, 7, 8, 12 e 13.

Arquivo Nacional Torre do Tombo: figura 9 (cota PT/TT/EPJS/SF/001-001/0057/2186M; autor não mencionado). Imagem cedida pelo ANTT.

O problema da habitação rural: Debates e políticas públicas durante o Estado Novo

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural: separador e figuras 2, 3, 4 e 5.

Secretaria-Geral do Ministério da Economia, Biblioteca e Arquivo Histórico da Economia: figura 1 (Fundo Arantes e Oliveira, cota PT/AHMOP/AO/03/01/154/42).

Dulce Freire e Pedro Namorado Borges: figuras 6, 8, 10, 14, 15, 16, 20 e 22.

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (Direção-Geral do Património Cultural): figuras 7, 11, 12, 13, 18, 19, 21, 23 e 24.

Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social: figura 9.

Biblioteca Nacional de Portugal: figura 17.

Colónias agrícolas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: Do desenho do território ao desenho da casa — Diversidade, circunstância e experimentação

Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte e Arquivos: separador (Coleção Estúdio Novais, cota CFT164.020276) e figuras 2 (Coleção Estúdio Novais, cota CFT003.65164), 12 (Coleção Estúdio Novais, cota CFT003.65189), 15 (Coleção Estúdio Novais, cota CFT003.65197), 16 (Coleção Estúdio Novais, cota CFT003.65153), 20 (Coleção Estúdio Novais, cota CFT003.65216) e 23 (Coleção Estúdio Novais, cota CFT003.65207).

Ministério do Mar e Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Arquivo Documental do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral: figuras 1, 3, 4, 5, 6 e 7.

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural: figuras 8, 9, 11, 13, 14, 17, 18, 21 e 24.

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos: figura 10.
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Centro de Documentação: figura 19 [cota FAUP/CDUA/CC/ARQ/012-
-doc (D)04].

Câmara Municipal de Paredes de Coura, Arquivo Municipal de Paredes de Coura: figura 22.

O arrendamento social público (1945-1969): Nova escala, novos programas e agentes

Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte e Arquivos: separador/figura 3 (Coleção Estúdio Novais, cota CFT164.053517).

Arquivo Municipal de Lisboa: figuras 1 (Coleção Salvador de Almeida Fernandes, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SAL/000132), 2 (Coleção Alberto Abreu Nunes, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ABR/000033), 5 (Coleção Claudino Costa Madeira, cota PT/AMLSB/SPT/000105), 8 (cota PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/101), 9 (Coleção Roiz, cota PT/AMLSB/ROZ/000027) e 10 (cota PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/101).

Maria Tavares: figura 4.

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (Direção-Geral do Património Cultural): figuras 6, 7, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22 e 24.

Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico Municipal: figura 11.

Câmara Municipal de Braga, Arquivo Aliança — Museu da Imagem: figura 17.

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., Departamento de Património Imobiliário, Direção de Imóveis Norte: figura 23.

O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982: Ordenamento, alternativas e mercado

Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema: figura 1.

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (Direção-Geral do Património Cultural): separador e figuras 2, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 14, 15, 20 e 21.

Arquivo Municipal de Lisboa: figura 3 (Coleção Eduardo Portugal, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/001514).

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana: figuras 4, 8 e 22.

Produtora O Som e a Fúria: figura 9 (© O Som e a Fúria 2015).

Hemeroteca Municipal de Lisboa: figuras 13, 23 e 24.

Rita Palla Aragão: figura 16.

Arquivo do Governo Provincial da Zambézia: figura 17.

José António Bandeirinha: figuras 18 e 19.

As cooperativas de habitação portuguesas: O jogo dos possíveis

Patrícia Santos Pedrosa: separador e figuras 1 e 5 a 17 (fotógrafo João M Almeida).

Arquivo Municipal de Lisboa: figura 3 (Coleção Armando Seródio, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/N61179).

Os anos de crescimento (1969-2002)

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana: todas as figuras.

Um século de respostas habitacionais públicas a catástrofes: Experiências passadas e reflexões para o futuro

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos: figuras 1, 7, 9, 17, 18 e 19.

Câmara Municipal de Espinho, Arquivo Municipal de Espinho: figura 2.

Arquivo Nacional Torre do Tombo: figuras 3 (cota PT/TT/SF/001-001/0178/2882AS, autor não mencionado), 4 (cota PT/TT/EPJS/SF/001-001/0178/2889AS, autor não mencionado) e 5 (cota PT/TT/EPJS/SF/001-001/0178/2895AS, autor não mencionado). Imagens cedidas pelo ANTT.

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (Direção-Geral do Património Cultural): figuras 6, 8, 10, 15 e 16.

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana: figura 11.

Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte e Arquivos: figuras 12 (cota PT FCG FCG:SPO-00963-00001), 13 (cota PT FCG FCG:SPO-S007/02-P0098-D3700012-DES01109) e 14 (cota PT FCG FCG:SPO-S007/02-P0098/01-D3700011).

Habitação de promoção pública: Da construção nova à reabilitação, uma leitura dos projetos

Arquivo Municipal de Lisboa: separador (Coleção F. Gonçalves, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/GON/S0030).

Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico Municipal: figura da p. 451.

ARQUISOMA — Gabinete de Arquitetura: figura da p. 453.

afaconsult: figura da p. 454.

Matosinhos HABIT: figura da p. 456.

GEBALIS: figura da p. 456.

A política de habitação em Portugal de 2002 a 2017: Programas, políticas públicas implementadas e instituições envolvidas

Arquivo Municipal de Lisboa: separador (Coleção Alberto Abreu Nunes, cota PT-AMLSB-CMLSBAH-PCSP-004-ABR-000035).

Notas biográficas

Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte e Arquivos: separador (Coleção Estúdio Novais, cota CFT164 052508).

«As questões sociais, interessando principalmente as classes proletárias, são hoje de palpitante actualidade em todos os povos cultos. [...] Uma dessas questões e da maior importância é a que se destina a conseguir a construção em grande escala de casas económicas, com todas as possíveis condições de conforto, independência e higiene, destinadas principalmente nas grandes cidades aos que, por carência de recursos materiais, têm sido obrigados até agora a viver em residências infectas, sem luz nem ar, e por isso gravemente nocivas à saúde dos que as habitam.» (Decreto n.º 4137, 1918.)

Em 2018 completam-se os primeiros cem anos de políticas públicas de apoio à habitação em Portugal: o primeiro diploma que estabeleceu as condições de incentivo, pelo Estado, à construção de «casas económicas» foi publicado em 1918.

O tema da habitação apoiada mantém, hoje, toda a actualidade. Quando a intervenção dos Estados na mitigação de problemas dos cidadãos é questionada, a habitação persiste como problema incontornável no equilíbrio social contemporâneo.

Este livro é sobre o País, a sua sociedade e a sua cultura, nos últimos cem anos, não apenas sobre a arquitetura e as cidades portuguesas; mas as práticas arquitetónicas e urbanas, em conjugação com outros campos do conhecimento, permitem olhar para a habitação apoiada pelos poderes públicos de uma forma ao mesmo tempo ampla e específica, que discute temas elevados e complexos — o direito à habitação e a manipulação ideológica deste mesmo, os poderes local, regional e central, os modelos de organização do território e crescimento urbano — através de algo que fala e diz respeito a todos: a casa.